

Municípios

A Revista da Associação Paulista de Municípios

DE SÃO PAULO



setor
segmento

Ano 3
Número 22
R\$ 7,00



O mapa das estâncias

Cidades paulistas mostram como desenvolvem o turismo brasileiro

O 50º CONGRESSO ESTADUAL
DE MUNICÍPIOS VEM AÍ!



NOS APARTAMENTOS
VOCÊ PÔE O DEDO
E LEVA UM C
DE TECNO



S DA CDHU NA TOMADA HOQUE. LOGIA.



Nas casas e apartamentos que a CDHU constrói cabem sonhos, conforto, segurança e a fé numa vida melhor a cada dia. Por isso, a CDHU começou a equipar suas novas unidades habitacionais com tecnologia de ponta, o que permite até 30% de economia nas contas de água, luz e gás, graças aos medidores individuais. Permite também que todo morador tenha acesso à internet, seja em seu apartamento, seja nas bem equipadas lan-houses. Quando a gente consegue juntar inclusão social com inclusão digital isto se chama cidadania, praticada pelo maior e mais moderno programa habitacional do país.

**CDHU. Fazendo casas,
construindo cidadania.**

Companhia de
Desenvolvimento
Habitacional
e Urbano



**SECRETARIA DA
HABITAÇÃO**





Associação Paulista de Municípios

Av. São Luís, 99 - 13º andar
Centro - São Paulo - SP
CEP 01046-905
Fone/Fax: (0xx11) 2165-9999
apaulista@apaulista.org.br
www.apaulista.org.br

DIRETORIA

DIRETORIA-ADMINISTRATIVA

Presidente
Celso Antonio Giglio

1º Vice-Presidente

Marcos Roberto Casquel Monti

2º Vice-Presidente

Welson Gasparini

3º Vice-Presidente

Rubens Furlan

4º Vice-Presidente

João Carlos Caramez

SECRETARIA - MEMBROS DIRETORES

Secretário Geral

Antônio César Simão

1º Secretário

Dr. Hélio de Oliveira Santos

2º Secretário

Sebastião Misara

3º Secretário

Itamar Francisco Machado Borges

TESOURARIA

Tesoureiro Geral

Flávio Collegari

1º Tesoureiro

José Luiz Rodrigues

2º Tesoureiro

Antonio Francelino

3º Tesoureiro

João Buzzo

CONSELHO DELIBERATIVO

Presidente

Aquevirque Antônio Nholla

Secretário

Carlos Alberto Cruz Filho

CONSELHO TÉCNICO-MULTIDISCIPLINAR

Presidente

Antonio Sérgio Baptista

Secretaria Executiva

Dalva Christofeletti Paes da Silva

EDITORIAL

Trabalho, vocação e missão



Ao iniciarmos o novo ano, uma certeza se consolida em nossa mente: a de que teremos trabalho dobrado. Em primeiro lugar, a meta é dedicarmo-nos de corpo e alma às gestões públicas no cumprimento de nossos mandatos quer seja de prefeito, vice ou vereador, honrando os votos e a confiança recebidos nas urnas. Em segundo, estaremos motivados pelo processo eleitoral, no qual nós, municipalistas, seremos protagonistas.

Deixando a figura do gestor público, do político, falemos da nossa revista, a *Municípios de São Paulo*. Nossa Conselho Editorial procurou trazer nesta edição matérias que, ao mesmo tempo que informam, também contribuem com nossos companheiros. Nossos articulistas e colaboradores buscaram os temas mais oportunos para fazer dos seus artigos verdadeiros pareceres administrativos.

Abordamos assuntos “meio”, tais como os contidos nos artigos do dr. Cláudio Alvarenga, conselheiro e ex-presidente do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e do dr. Antonio Sérgio Baptista, coordenador do Conselho Técnico da APM. Tratamos também de assuntos específicos, como as matérias sobre Saúde, Investimentos, Ouvidoria Pública, Estâncias Turísticas e outras.

Paralelamente à missão de informar e atualizar nossos companheiros gestores, trabalhamos em cima de nossa vocação política, que nos anos eleitorais aflora, e nos enche de atividades partidárias e compromissos. Nesse sentido, todos sabemos que de 20 a 25 de março realizaremos nosso Congresso Estadual de Municípios, o de número cinqüenta, o jubileu de ouro. Estamos preparando inúmeras surpresas e

eventos especiais para comemorar esse momento histórico da APM.

Por hora apenas uma certeza, a de que amalgamaremos elementos técnicos e políticos, informando e atualizando os companheiros congressistas, fazendo daquele espaço o sistema nervoso das articulações políticas. O próximo número de nossa revista será todo dedicado à divulgação do Congresso; aguardem.

Vocação para o trabalho e a missão de buscar sempre melhorias constituem os elementos fundamentais que nos motivam e nos impulsionam para a prestação de serviços e para a defesa de nossa causa.

Saudações
municipalistas.

Celso Giglio
Presidente da APM

■■■ SUMÁRIO ■■■



CONSELHO EDITORIAL

Celso Giglio
Antônio César Simão
Carlos Alberto Cruz Filho
Aquevirque Antônio Nholla
José Mauro Dedemo Orlandini



Divulgação

Feira de artes da cidade de Embu

6 ENTREVISTA

Robson Marinho, novo presidente do TCE

10 SAÚDE

Especialistas dão dicas de como administrar Fundo Municipal de Saúde

20 ARTIGO

Os municípios e o pregão, por Sérgio Baptista

22 SALDO DA GESTÃO

Prefeitos de primeira viagem avaliam gestão

25 RESGATE 50 ANOS

Lembranças de Zi Biase, vice-prefeito de Novo Horizonte

28 50º CONGRESSO

Encontro municipalista promete ser maior da história

30 EMANCIPAÇÃO

Prefeitos debatem criação de novas cidades

34 TI

Conheça cadastro de serviços terceirizados criado pela Fundap

36 OUVIDORIA PÚBLICA

Figura do ouvidor cresce nas prefeituras

40 CASE

Araraquara tem projeto premiado de escola rural

42 INVESTIMENTO

Veja como cinco prefeituras paulistas estão planejando seu carnaval

44 APM RESPONDE

Dúvidas sobre Direito Público e Administrativo

14 ESTÂNCIAS

Cidades contam como desenvolvem o turismo local

45 PIB REGIONAL

Agencamp encomenda pesquisa para medir PIB da região de Campinas

46 IBGE

Instituto divulga os resultados obtidos no Munic 2004

47 TCE

Livro esmiúza Lei 4.320 sob o enfoque da Lei de Responsabilidade Fiscal

48 LICITAÇÕES

TCE divulga súmulas para assegurar o bom andamento das licitações

50 CASOS E CAUSOS

As histórias do vereador Nandinho, por Claudio Manesco



PRESIDENTE: Edimilson Cardial
VICE-PRESIDENTE: Roberto Müller Filho
DIRETOR-EDITORIAL: Luciano do Carmo
DIRETORA DE CIRCULAÇÃO: Rita Martinez
DIRETOR COMERCIAL: Márcio Cardial



PUBLISHER: Márcio Cardial
marcio@editorasegmento.com.br

REDAÇÃO

Editora: Rachel Bonino
redacao@municipiosdesaopaulo.com.br
Editor de Arte: Rogério Lobato
Loconte
Diagramação: Celso Pierre
Arquivo Fotográfico: Gabriela Freitas
Capa: Ilustração / Erika Onodera
Revisão: Flávia Silva, Maria Stella Valli
Produção Gráfica: Ivan Santana
Consultoria: Christo, Manesco & Associados

PUBLICIDADE

GERENTE DE PUBLICIDADE: Karen Cardial
karenCardial@editorasegmento.com.br
Exec. de Negócios: Paula Balza
publicidade@municipiosdesaopaulo.com.br
MARKETING: Bruno Orsini
marketing@municipiosdesaopaulo.com.br
REPRESENTANTES COMERCIAIS:
Brasília
Singulare Publicidade
Magda Dias (61) 3344-5181
brasilia@editorasegmento.com.br
Bahia
Aura Publicidade
Cesar Silveira (71) 3345-5600
csilveira@aurabahia.com.br
Paraná
Marisa Oliveira (41) 3027-8490
parana@editorasegmento.com.br
Rio de Janeiro
Heliane Antonello (21) 2226-5721
brasilia@editorasegmento.com.br

REDAÇÃO

Editora Segmento
Rua Ministro Sinézio Rocha, 150,
CEP 05030-000, São Paulo, SP
Tels.: (11) 3879-8200/8212
Fax: (11) 3879-8203
www.editorasegmento.com.br

Municípios de São Paulo não se responsabiliza por idéias e conceitos emitidos em artigos ou matérias assinadas, que expressam apenas o pensamento dos autores, não representando necessariamente a opinião da direção da revista. A publicação se reserva o direito, por motivos de espaço e clareza, de resumir cartas, artigos e ensaios.

FALE CONOSCO

REDAÇÃO: Comentários sobre o conteúdo editorial, sugestões, críticas e releases.

Tel.: (11) 3879-8212 – Fax: (11) 3879-8203

E-mails: redacao@municipiosdesaopaulo.com.br / marcio@editorasegmento.com.br (publisher)

Cartas: Rua Ministro Sinézio Rocha, 150

CEP 05030-000 – São Paulo – SP

MARKETING: Informações sobre promoções, eventos, reprints e projetos especiais. Tel.: (11) 3879-8220.

marketing@municipiosdesaopaulo.com.br

PUBLICIDADE: Anuncie na Municípios de São Paulo e fale diretamente com os 645 municípios de São Paulo.

Tel.: (11) 3879-8204 e (11) 3879-8206

publicidade@municipiosdesaopaulo.com.br

karenCardial@editorasegmento.com.br

ASSINATURAS, RENOVAÇÕES E NÚMEROS ATRASADOS

Tel.: (11) 2165-9999 – Fax: (11) 2165-9986

www.apaulista.org.br



ANATEC
PUBLAÇÕES ESPECIALIZADAS

TCE parceiro das prefeituras

Novo presidente, Robson Marinho, dará continuidade ao trabalho de apoio técnico-administrativo do Tribunal às prefeituras paulistas

Empossado no último dia 31 de janeiro, Robson Marinho é o novo presidente do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, órgão responsável pela fiscalização contábil, financeiro orçamentária, operacional e patrimonial do Estado de São Paulo e de seus municípios, exceto o da capital. À frente do órgão temido pela grande maioria das administrações paulistas, o novo comandante tem como importante meta disseminar o apoio técnico oferecido pelo Tribunal às prefeituras para a correta execução orçamentária. Para este ano estão previstos mais encontros realizados pelo órgão em todo o interior do Estado, a fim de reduzir a zero as dúvidas sobre administração.

Em entrevista concedida por e-mail à *Municípios de São Paulo*, o presiden-



"A Lei de Responsabilidade Fiscal provocou significativo avanço no comportamento da administração pública"

te diz que pretende dar continuidade ao trabalho coordenado pelo antecessor, Cláudio Ferraz de Alvarenga. Projetos, até então desenvolvidos, terão continuidade, como o da Audesp, que desenvolve tecnologia para o aperfeiçoamento do controle de gestão governamental e melhora a comunicação entre o Tribunal e administrações públicas paulistas subordinadas, como as municipais.

Qual será a sua linha de trabalho à frente do TCE? Que projetos serão encampados?

Dar continuidade à intensa atividade que o Tribunal vem desenvolvendo, sobretudo sua ação fiscalizadora visando, entre outras prioridades, o estrito cumprimento das prescrições da Lei de Responsabilidade Fiscal e, em especial, a consolidação de

susas decisões exaradas a respeito das prestações de contas municipais, em que despontam claras e firmes orientações concernentes: às despesas com pessoal; ao controle rigoroso da execução orçamentária; à aplicação insuficiente de recursos no ensino e na área da saúde; à admissão irregular de servidores públicos; e ao crescente endividamento decorrente da assunção irresponsável de obrigações no final dos mandatos sem a existência de recursos para cobertura das respectivas despesas.

Não menos importante é a adoção de providências com objetivo de dotar o Tribunal do instrumental necessário para que possa acompanhar as profundas alterações que vêm ocorrendo na administração pública em nosso país, como decorrência das novas formas que a legislação vem admitindo para viabilizar o cumprimento pelo Estado de seus deveres para com os cidadãos. Ou seja, novas formas de ação para atendimento dos legítimos interesses da comunidade, como as parcerias público-privadas que começam a ser contratadas.

O que mudará no andamento dos projetos

até então desenvolvidos no TCE?

Nada mudará. Pretendo, no entanto, realizar os ajustes eventualmente necessários à plena consecução de todos eles, complementando-os quando for o caso.

Por que os municípios devem encarar o TCE como parceiro e não como algoz?

Porque, no exercício de suas atribuições, o Tribunal tem dado especial destaque à prestação de apoio técnico às prefeituras paulistas, como demonstra a realização, com esse fim, de 36 eventos em 2005, que serão repetidos neste exercício, e os quase 500 ocorridos nos últimos dez anos.

O TCE recomenda aos municípios a adoção da BEC (Bolsa Eletrônica de Compras)?

Como se depreende dos julgamentos já realizados, esse procedimento tem obtido elevado índice de aprovação. Aliás, não só da BEC, como também a adoção dos pregões, que têm demonstrado ser um importante instrumento para que as aquisições sejam realizadas com máximo aproveitamento dos recursos disponíveis.



O maior PATRIMÔNIO de um POLÍTICO é seu RELACIONAMENTO!

Ainda mais...
quando precisa mostrar
resultados:

- ✓ Hoje no MANDATO,
- ✓ Amanhã na CAMPANHA?



GOL
Gabinete
Online

Mais detalhes

WWW.WORKLINESYSTEM.COM.BR

WORKLINE SYSTEM - Empresa de consultoria com soluções na área de TI - Tecnologia da informação em gestão pública.

Nossas ferramentas possuem a tecnologia - 100% - ON-LINE

Via Anchieta, 1.331 - cj. 124 - Ipiranga - 04247-002 - São Paulo - SP
Telefone: +55 (11) 6168-6994 - comercial@worklinesystem.com.br

O fato de alguns municípios não adotarem sistemas de pregões, como a BEC, leva a alguma punição?

Não, porque a legislação não obriga a adoção desse procedimento. Porém, sua utilização evidencia respeito ao princípio da moralidade.

Como o senhor avalia o comportamento dos municípios na execução orçamentária desde que a Lei de Responsabilidade Fiscal foi colocada em vigor?

A LRF provocou significativo avanço no comportamento da administração pública, posto que tem contribuído para importantes mudanças culturais quanto ao gerenciamento dos recursos públicos, ao impor planejamento e

"Pregões são importantes instrumentos para que as aquisições sejam feitas com máximo aproveitamento de recursos"

maior controle de gastos e instituir rigorosas punições aos atos que caracterizem irresponsabilidade. Confira-se, nesse sentido, a redução do número de rejeições de contas anuais por conta desse motivo.

Quando o TCE retomará o calendário de reuniões regionais para tirar dúvidas dos prefeitos sobre o projeto Audesp?

Será prontamente reeditado, com a programação dos 36 eventos que iremos realizar neste ano.

Que recomendações o TCE faz às administrações municipais para este segundo ano de mandato?

Que participem das reuniões que serão realizadas para orientação dos jurisdicionados e acompanhem atentamente suas deliberações, que, via de regra, têm por finalidade principal a correção de eventuais desvios. Que diminua a lista publicada pelo Tribunal neste ano de prefeitos ausentes àqueles eventos.

Entre 20 e 25 de março, a APM realizará o 50º Congresso Estadual de Municípios. Como o senhor avalia o trabalho desenvolvido nesses encontros?

Como valiosíssima contribuição para aprimoramento das admi-

nistrações municipais, sobretudo quando eles ocorrem, como agora, no início dos mandatos dos prefeitos e vereadores.

Apesar de o TCE nunca ter glosado as despesas feitas no Congresso, alguns prefeitos ainda têm medo de participar desse evento. Quais os abusos que o TCE não aceitaria?

Quando as despesas são impróprias, como as realizadas sem moderação ou inadequadamente à finalidade do evento.

FALA, PREFEITO

Prefeito Sckandar Mussi, de Casa Branca:

Por que o TCE não tem um órgão consultivo para atender às prefeituras?

Prefeito Carlos Adalberto Rodrigues, de Potirendaba: Muitos prefeitos do Estado, ao assumirem seus mandatos, herdaram dívidas de resto a pagar da antiga administração. Em caso de não-pagamento dessa dívida, ele será punido pelo TCE? E se ele pagar a dívida mas, devido a isso, passar a dever também: será punido da mesma forma?

Para as duas perguntas, a resposta é a mesma: as consultas de interesse dos mandatários municipais devem ser formuladas na forma prevista no artigo 224 e seguintes do Regimento Interno do TCE ou nos eventos por ele promovidos. O artigo supracitado diz, em seu primeiro parágrafo, que "o Tribunal Pleno poderá apreciar o mérito de consulta que contenha individualização da situação apresentada, caso o recomende relevante razão de interesse público"; e, em seu segundo parágrafo, que "as consultas, a que se refere este artigo, formuladas por meio dos chefes dos Poderes Públicos estaduais e municipais, secretários de Estado e dirigentes das entidades da administração indireta e fundacional, tanto do Estado como dos municípios, constarão de exposição precisa de dúvida, com formulação de quesitos".

Prefeito Farid Said Madi, de Guarujá:

A experiência obtida com os cargos de vereador e prefeito o ajudaram de que forma no exercício de outros cargos, principalmente como conselheiro do TCE?

A proximidade e a vivência de situações concretas propiciadas pelo exercício dos citados cargos constituem oportunidade única para aguçar a sensibilidade sobre os problemas que afligem os cidadãos e que geram a experiência necessária ao exercício de quaisquer outras funções públicas. ::

Propostas na medida do sonho da minha cidade



DA ALFABETIZAÇÃO AO PRÉ-VESTIBULAR

Ensino Fundamental - APRENDER A LER E A COMPREENDER.

A proposta do Sistema UNO de Ensino foi desenvolvida com base nos resultados do PISA, o Programa de Avaliação Internacional de Estudantes. Os alunos brasileiros não tiveram um bom desempenho, demonstrando a necessidade de se reforçar a competência leitora de nossos estudantes. A partir desta reflexão, o Sistema UNO de Ensino criou uma proposta voltada para os problemas reais das salas de aula, das necessidades dos alunos e dos professores. Com ênfase na competência leitora em todas as áreas, apresenta soluções adequadas para a escola enfrentar e superar esses problemas.

Pré-Vestibular - IGUAL OPORTUNIDADE PARA TODOS.

Criado para promover a democratização do ensino, o UNOSAT é acessível a todas as escolas de Ensino Médio e Pré-Vestibular. Os alunos, reunidos em sala de aula, assistem a renomados professores de São Paulo, que oferecem o melhor em aulas preparatórias para o vestibular, transmitidas por meio de teleconferência interativa, ao vivo, com todos os conteúdos cobrados nas melhores universidades do país.

Visite-nos:

5º Congresso Estadual de Municípios

Caixa Grande Hotel - Guarujá - SP

Período: de 20 à 25 de março 2006

STANDS: 97 E 98

Solicite a visita de um consultor:

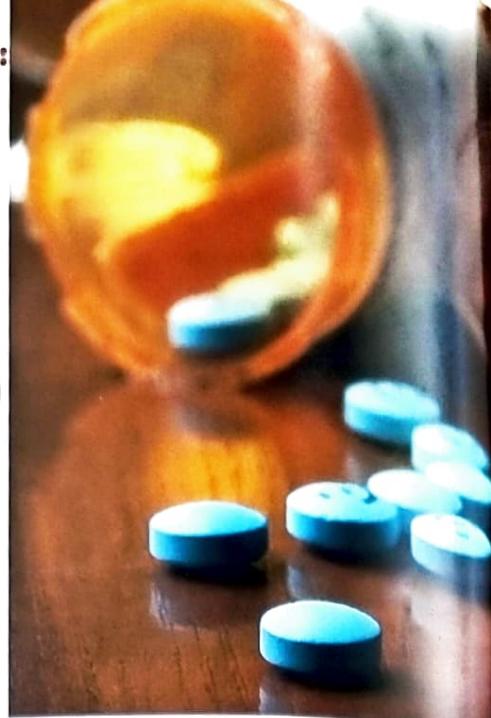
Dir. 0800 55 16 11 - www.sistemauno.com.br

UNO
Sistema de Ensino

III Moderna
Fazendo escola com você

O remédio é a informação

Especialistas em saúde pública apontam equívocos mais comuns cometidos por secretarias na gestão do Fundo Municipal de Saúde



Keystone Medicine

Por Rachel Bonino

Com a descentralização da gestão da Saúde, determinada pelo Sistema Único de Saúde (SUS) – instituído pela Constituição de 1988 –, as secretarias municipais passaram a ter controle de todos os recursos da Saúde nas cidades. Significa que o gestor da área – o secretário (ou diretor) – passou a ter acesso a toda programação, execução e aplicação dos recursos. Com legislação recente, a área da saúde ainda desperta dúvidas e demanda maiores explicações, principalmente para as administrações que assumiram o posto a partir do ano passado.

A gestão de recursos centralizados no Fundo Municipal de Saúde costuma estar no topo da lista de dúvidas. A Lei 8.080/90

determinou a criação de conta especial para os recursos financeiros do SUS. Ela se inspirou na mesma lógica do Fundo Especial convencionado pela Lei 4.320/64, que institui que este é produto de receita e despesa específicas vinculadas a um determinado fim. Sendo a Saúde "um determinado fim", ela precisa ter um produto

explica Áquiles Mendes, coordenador da Congep (Coordenadoria de Gestão de Políticas Públicas), da Fundação Prefeito Faria Lima – Cepam.

O especialista lembra aquilo que está na legislação: é a secretaria da Saúde a controladora do Fundo, assim como de todo o planejamento e da execução orçamentária, e não a se-

explica o especialista que também é professor de economia da Fundação Armando Álvares Penteado (Faap) e vice-presidente da Associação Brasileira da Economia da Saúde.

Em Botucatu, a contratação de um contabilista na secretaria da Saúde concentrou ali todas as demandas administrativas do setor. Dessa forma, o departamento passou a controlar melhor os números e informações da área, como, por exemplo, a quantidade de dotação existente para cobrir as necessidades locais. "Também passamos a ter mais dados para o preenchimento do SIOPS [Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde]", conta o secretário municipal Valdemar Pereira de Pinho. O programa

Secretaria da Saúde é a controladora do Fundo, assim como da execução orçamentária, e não a de Finanças

de receita e despesa. Foi aí que surgiu o Fundo Municipal de Saúde.

"O gestor [secretário da Saúde] que chegou agora tem que saber que é ele o controlador de todos os recursos da área",

cretaria de Finanças ou Fazenda. "Os secretários de Finanças ainda não estão respeitando a lei de forma clara. Ainda há uma resistência, porque isso significa descentralizar o orçamento mesmo",



**Pinho, de Botucatu:
contador concentrou
demandas administrativas**

citado coleta e sistematiza as informações sobre as receitas totais e despesas com ações e serviços públicos de saúde das três esferas de governo.

Parceria com a secretaria da Fazenda só é permitida para o trabalho administrativo ou de tesouraria

Pinho explica também que a Fazenda “está em sintonia com a Saúde” em Botucatu porque repassa automaticamente cada tributo arrecadado para as contas do Fundo Municipal local. Durante Encontro Nacional dos Conselhos de Saúde, ocorrido em dezembro do ano passado, em Brasília, Pinho disse que muitos gestores presentes se surpreenderam com essa condição. “Muitos

contaram que é comum a Fazenda dificultar os repasses, e que não existe autonomia da Saúde para gerir a secretaria”, conta.

Em Presidente Bernardes, a solução encontrada para colocar ordem nas demandas da Saúde, sem transferir a tarefa para a Finanças, foi a contratação de assessoria técnica terceirizada, viabilizada por meio de licitação. “Foi uma orientação da assessoria jurídica da prefeitura já que a secretaria não contava com nenhum servidor capacitado para administrar solicitações da saúde”, conta o diretor da

área, Gustavo de Almeida Re. A medida melhorou inclusive a administração geral do departamento: “Descobrimos que muitos recursos não foram aplicados para o devido fim. Como dinheiro de folha de pagamento para compra de equipamentos.”

A parceria com a secretaria da Fazenda só é permitida para o trabalho administrativo ou de tesouraria, e normalmente

PARA COLOCAR A GESTÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE EM DIA:

1. Ajustar a lei municipal de acordo com a Lei Orgânica da Saúde 8.080, juntamente com a emenda 29 e a resolução 322 do Conselho Nacional da Saúde;
2. Deixar claro na lei que o Fundo é um mecanismo de gestão orçamentária financeira sobre a direção e gestão do secretário ou diretor municipal;
3. Garantir a abertura da conta Tesouro Municipal de Impostos/Fundo Municipal de Saúde, para ficar determinado o repasse automático, mês a mês, dos recursos relativos aos impostos municipais;
4. Encaminhar essa lei para que seja aprovada na Câmara Municipal;
5. Paralelamente, montar um processo de acompanhamento das contas do Fundo. Aqui, vale a pena entrar em contato com o Banco do Brasil, que faz um convênio com municípios para repasse automático dos recursos federais para conta específica do município (o banco congrega todos os recursos que são passados pelo Ministério da Saúde. O site é www.bb.com.br, no link Governo);
6. Elaborar planilhas sistemáticas de acompanhamento para apresentação mensal ao Conselho Municipal de Saúde porque ele é o fiscalizador das contas da Saúde;
7. Garantir a prestação de contas em audiência pública na Câmara Municipal para o Conselho;
8. Tudo isso deve ser feito com base no Plano Municipal de Saúde. Os recursos só podem ter sentido se respondem às ações que estão no Plano. O Fundo só pode ser executado pelas ações ali descritas. Ele deve ser feito todo ano e as ações e metas físicas e os custos despendidos definidos antes mesmo da aprovação da lei;
9. O município tem que preencher o Sistema de Informação de Orçamento Público em Saúde (SIOPS). É o quanto entrou de recurso e quanto despendeu. Esse sistema é como o de imposto de renda, e os municípios o encaminham via on-line. É obrigatório, mas também é interessante para a secretaria que pode acessar os relatórios que ajudam: o gestor a controlar custos e o Conselho, a acompanhar as despesas.

Fonte: Áquiles Mendes

existe em cidades de pequeno porte. “O Fundo pode até estar operacionalmente relacionado à Fazenda, principalmente nos municípios pequenos, só que a gestão, a decisão do que deve ser feito, a liberação de recursos é da secretaria de Saúde”, esclarece Gilson

Carvalho, especialista em Saúde Pública e autor do livro *Fundo Municipal*, pertencente à coleção *Observatório dos Direitos do Cidadão*, editado pelo Instituto Polis.

A situação é essa no município de Socorro: “Numa cidade como a

nossa é inviável ter uma equipe com contadores só para a secretaria da Saúde", conta Vilma de Oliveira Santos Simões, diretora do departamento da cidade. Apesar da estrutura pequena, ela conta que a Saúde tem um "diálogo bom com a Finanças".

RECURSOS MUNICIPAIS

Outro erro corriqueiro apontado por especialistas é a manipulação dos repasses fora do Fundo Municipal de Saúde. "A grande maioria disparada

"A Lei de Responsabilidade Fiscal diz também que todos os recursos de Fundo devem ter estruturação individual. Ou seja, que as contas devem ser separadas. Por isso a exigência da abertura de uma conta específica denominada Tesouro Municipal de Impostos/ Fundo Municipal de Saúde", explica Áquiles Mendes, do Cepam.

Ele lembra que era comum, na década de 1990 – e, portanto, antes da aprovação da Emenda 29 –, as prefeituras só colocarem

Fundo Nacional de Saúde (FNS), subordinado ao Ministério da Saúde, planeja colocar em prática em 2006 o curso Capacitação de Gestores de Fundos de Saúde, que acontecerá nos moldes dos de ensino a distância e terá grade curricular direcionada para a execução orçamentária, financeira e contábil. O FNS ainda não divulgou a data de início das aulas.

Além do entendimento das questões administrativas, as secretarias de Saúde precisam contar com servidores capacitados e uma prefeitura disposta a investir em ações que melhorem o quadro de arrecadações municipais, por exemplo. "Aumentar recursos, combater a corrupção dentro da administração, promover a eficiência nos gastos para mudar o modelo de fazer saúde, que hoje é perdulário

Outro erro corriqueiro apontado por especialistas é a manipulação dos repasses da Saúde fora do Fundo

não administra o dinheiro municipal dentro do Fundo, mas sim lá na prefeitura", conta Gilson Carvalho.

Em 2000, foi aprovada a Emenda Constitucional 29, que determinou que os recursos próprios dos impostos municipais, bem como os transferidos do Estado ou da União – do Ministério da Saúde – devem estar no Fundo. Pela emenda, os recursos dos impostos municipais (como IPTU, ISS e ITBI entre outros) – que são de 15% – devem ir direto para lá.

no Fundo Municipal os recursos transferidos, deixando de lado os recursos dos impostos arrecadados nas cidades.

INFORMAÇÃO É OURO

Na área de gestão da saúde, informação e entendimento das questões administrativas valem ouro. Por isso, a partir desse ano, o curso Financiamento e Gestão da Saúde Municipal, ministrado pelo professor Áquiles Mendes, do Cepam, irá circular pelo interior paulista. Também o



Vilma, de Socorro: diretoria de Finanças cuida da contabilidade da Saúde

– essas são algumas saídas", analisa Gilson Carvalho, que ainda indica o uso de pregões para redução de custos na área.

Somente com o cumprimento à risca das indicações citadas pelos especialistas é que as secretarias terão autonomia e conhecimento para administrar a Saúde no âmbito municipal. ::

BIBLIOGRAFIA INDICADA:

Cartilha: Financiamento das Ações e Serviços de Saúde
Acessível na página do TCE: www.tce.sp.gov.br

Manuais de Gestão Orçamentária Financeira
Acessível na página do Ministério da Saúde:
www.saude.gov.br

Manual do SUS Municipal aos Vereadores
Editado pelo Cepam
Tel: (11) 3811-0300

Fundo Municipal
Editado pelo Instituto Pólis
Tel: (11) 3258-6121

As escolas do seu município merecem esta qualidade.

Adote a coleção "Entrelinhas" de Educação Infantil do **Sistema Educacional BASE.**

Até 3 anos



3 a 6 anos



Com livros contemplados com o **"Prêmio Jabuti 2005"**, a coleção faz parte do **Sistema Educacional Base**. Seus 8 volumes atendem às crianças da Educação Infantil (1-6 anos) com uma proposta interdisciplinar e temas de grande interação entre pais, alunos e professores.

Os **Manuais do Professor** apresentam a prática pedagógica voltada para o desenvolvimento integral da criança.

O **Sistema** oferece **Assessoramento Pedagógico** ministrados pelos próprios autores e docentes especializados.

Prêmio Jabuti 2005
Projeto Gráfico/Editorial



Fale conosco

Consulte nosso site www.baseeditora.com.br
Rua Antônio Martin de Araújo, 337 - Jardim Botânico
Cep 80210-050 - Curitiba-PR
Fone: (41) 3264-4114 - Fax: (41) 3264-8471
baseeditora@baseeditora.com.br



10
anos

Educando com responsabilidade.

O custo do cartão postal

Estâncias paulistas recebem apoio estadual mas também buscam alternativas, como parcerias da iniciativa privada, para alavancar turismo local

Por Juliana Tavares



Tadeu Bruxelli / Prefeitura de Barra Bonita

Igreja da Matriz de
Barra Bonita

Numa definição muito simples, estâncias são municípios privilegiados com recursos naturais e outras atrações (históricas e religiosas, por exemplo) com grande apelo turístico. No nível federal, uma estância não possui nenhuma vantagem se comparada a qualquer município e, como tal, deve atender a todos os princípios estabelecidos pela Carta Magna e pelo Estatuto da Cidade. Quando observada pela ótica estadual, porém, o cenário muda completamente e os benefícios da nomenclatura saltam aos olhos. Pela Constituição Estadual, estância é uma categoria diferenciada de município, com direito a concessão de benefícios, auxílio e subvenções. O artigo 146 da legislação vai além. De acordo com ele, “o Estado manterá, na forma em que a lei estabelecer, um fundo de melhoria das estâncias com o objetivo de desenvolver programas de urbanização, melhoria e preservação ambiental nas estâncias de qualquer natureza”. Se, de certa forma, essa é a explicação para a existência, na Assembleia Legislativa, de quase 200 projetos de lei de municípios pleiteando a sua transformação em estância, isso também é a chave de uma série de problemas que as envolve.



Turismo radical praticado nas corredeiras de Socorro (à esq.); e feira tradicional de artesanato de Embu das Artes (abaixo)



esse dinheiro, as estâncias podem investir em infraestrutura e desenvolver programas de urbanização e preservação ambiental, entre outros, que, além de gerar empregos, servem de estímulo para os visitantes”, afirma a autora do livro *Turismo e Estância* (Editora Futura), Madalena Pedroso Aulicino.

O montante ao qual a especialista se refere é o Fundo de Melhoria das Estâncias, calcu-



Divulgação / Prefeitura de Embu das Artes

Vale ressaltar: a primeira estância do Estado de São Paulo, Campos do Jordão, foi criada em 1926, quando ficou constatada a viabilidade de exploração turística da cidade por conta das qualidades terapêuticas do ar puro da região – amplamente divulgadas desde o início do século 19. Apenas em 1947, contudo, é que o governo incluiu, na Constituição Estadual, uma lei que possibilitava a promoção de alguns municípios a estâncias hidrominerais, estabelecendo a aplicação de recursos estaduais como incentivo ao seu desenvolvimento local.

Desde então, os critérios mudaram. Hoje, o Estado possui 67 estâncias, classi-

São Paulo possui 67 estâncias classificadas como hidrominerais, climáticas, balneárias e turísticas

ficadas entre hidrominerais, climáticas, balneárias e turísticas (*leia quadro As regras do jogo*). Uma das vantagens de ser estância é

o montante oferecido pelo Departamento de Apoio e Desenvolvimento às Estâncias (Dade), da Secretaria de Turismo do Estado. “Com

lado com base na arrecadação anual dos municípios e que, pela Constituição Estadual, garante-lhes o repasse de um valor nunca inferior a 10% do arrecadado no ano. Em 2005, o governo repassou mais de R\$ 81 milhões às estâncias, dos quais já foram autorizados, pelo governador Geraldo Alckmin, R\$ 33

milhões. De acordo com a Secretaria de Estado do Turismo, a previsão do Dade para 2006 é de um repasse de mais de R\$ 129 milhões. Desse valor, 50% serão divididos igualmente entre as estâncias, e o restante será repassado de acordo com a quantia que cada uma conseguiu arrecadar no ano.

ENTRAVES

De acordo com a Associação das Prefeituras das Cidades Estâncias do Estado de São Paulo (Aprecesp), esse fundo foi criado pelo governo para compensar essas cidades pela baixa arrecadação – já que, em sua maioria, elas não possuem indústrias – e incentivá-las a desenvolver uma infraestrutura capaz de acolher o fluxo de turistas que, em algumas cidades, chega a quintuplicar, como é o caso das balneárias. “A própria criação da Aprecesp está atrelada à pressão que ela exerce junto ao governo para conseguir a liberação dessa verba para os municípios”, informa o presidente da entidade, Antônio Carlos de Faria, o Fordinho.

Apesar da “compensação” ser mais que bem-vinda para essas cidades, ela é considerada baixa, pelo menos entre as de menor arrecadação. Aparecida, por

Divulgação / Prefeitura de Ubatuba



Festa de São Pedro Pescador, em Ubatuba

Divulgação / Aprecesp



Fordinho, da Aprecesp:
entidade surgiu para
pressionar governo por
mais verbas

exemplo, é uma cidade com cerca de 40 mil habitantes, que recebe, anualmente, mais de 8 milhões de visitantes. “Imagine o que é ter um serviço de lixo e de saneamento básico para 40 mil pessoas e, a cada final de semana, receber até 300 mil visitantes”, desabafa o prefeito José Luiz Rodrigues, conhecido por Zé Louquinho. “Além disso, o Santuário é que recolhe

as taxas de turismo, ficando com o lucro até do estacionamento. Em contrapartida, a prefeitura fica só com o ônus de ter que investir em infra-estrutura e segurança; e o orçamento de R\$ 32 milhões anuais não reflete a movimentação turística”, afirma o prefeito.

O fluxo exacerbado de turistas também traz ou-

estâncias balneárias. “As moradias secundárias, nesses casos, são mais predatórias que os próprios hotéis.”

SAÍDAS CRIATIVAS

Para resolver problemas de infra-estrutura, as estâncias lançam mão de soluções criativas. Embu das Artes, por exemplo, construiu um Centro Cultural e criou uma

Em 2005, governo estadual repassou R\$ 81 milhões às estâncias; para 2006, previsão é de R\$ 129 milhões

etros encargos. De acordo com Madalena Aulicino, a especulação imobiliária decorrente da procura dos visitantes por residências de veraneio expulsa a população local para a periferia das cidades, sobretudo nas

cooperativa de guardadores de carro, para os quais ofereceu cursos de inglês e espanhol. “Qualificação profissional é uma forma de abrir novas frentes de emprego no setor turístico”, informa o prefeito Geraldo Cruz.

Aparecida tem um projeto de lei em trâmite na Câmara Municipal que pretende criar o "Selo Turismo" – uma taxa que será cobrada dos ônibus e vans turísticas que entrarem no município. "A taxa deverá ser de R\$ 45 para ônibus e de R\$ 25 para vans e será cobrada das empresas que exploram o turismo", diz o prefeito Rodrigues. "A renda será investida no policiamento e no tratamento e distribuição de água, que são áreas muito deficitárias na cidade."

Outros municípios aproveitam a baixa temporada para promover eventos diferenciados. É o caso de Campos do Jordão. Com orçamento municipal deste ano previsto

em ambientes fechados, independentemente das condições climáticas. É um jeito de se destacar dos outros municípios e manter os hotéis cheios", declara o prefeito João Paulo Ismael.

Mesmo quem está no topo

unir à iniciativa privada. "O empresariado é que tem de executar os projetos, pois o dinheiro público deve ser investido em outras áreas, como saúde, segurança e educação", ressalta o secretário municipal de

inaugurado Circuito dos Fortes: um projeto que pretende levar o turista a oito fortificações dentro de quatro cidades litorâneas – Guarujá, Santos, Bertioga e Praia Grande", conta. A exemplo do que acontece

AS REGRAS DO JOGO

Não basta vontade política para transformar um município em estância. É preciso também seguir alguns critérios técnicos:

- **Estância Balneária:** tem que ter praia de mar. Por esse motivo, todas as cidades do litoral paulista, com exceção de Cubatão, são consideradas estâncias balneárias.
- **Estância Hidromineral:** além de ter uma fonte de água mineral natural ou artificialmente captada e com vazão mínima de 96 mil litros

a cada 24 horas, o município precisa comprovar a existência de balneário de uso público que utilize a fonte.

- **Estância Climática:** o município precisa ter um posto meteorológico instalado e em funcionamento ininterrupto por, pelo menos, seis anos. Mas não é só isso. A temperatura média do município deve registrar, no verão, mínimas de até 20°C e máximas de até 25°C.
- **Estâncias Turísticas:** nesse caso, os requisitos são mais

abrangentes e exigem, apenas, a informação da existência de atrativos de natureza histórica, artística ou religiosa, bem como dos recursos naturais existentes. O levantamento do patrimônio declarado será feito pelo Departamento de Apoio ao Desenvolvimento das Estâncias (Dade), da Secretaria de Estado do Turismo, e pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado (Condephaat). Se aprovado pela Assembléia Legislativa, é enviado ao governador para sanção da lei.



Bondinho da Estação Ferroviária de Campos do Jordão – primeira estância do Estado, criada em 1926

em R\$ 77 milhões, a cidade recebe do Dade cerca de R\$ 1,7 milhões. "Além desse montante, nossa saída para movimentar a economia da cidade é investir em eventos que podem ser realizados

dos repasses do Dade, como é o caso das estâncias balneárias, prefere não depender única e exclusivamente do benefício. Praia Grande, por exemplo, aproveita os projetos turísticos para se

turismo, José Alonso Jr. "Mas sabemos que essa união só é possível se o projeto for viável e o prefeito mostrar real disposição em executá-lo."

Para conseguir o apoio dos empresários, a prefeitura criou um posto de informações turísticas e passou a ministrar cursos sobre a história da cidade e seus pontos turísticos para taxistas e funcionários de restaurantes – profissionais que possuem contato direto com os visitantes. "Além disso, integramos nosso maior atrativo, a Fortaleza de Itaipu, no recém-

em Londres, a prefeitura também investiu em um *double deck*: um ônibus de dois andares e sem teto, que leva os visitantes aos principais pontos turísticos da cidade.

Investir no turismo, apesar de alguns pontos nevrálgicos, sempre gera benefícios. Um estudo feito pela especialista em turismo e hotelaria levou em conta o consumo residencial de energia elétrica de 44 estâncias, em comparação com 44 municípios que, embora não estivessem vinculados à atividade turística, estavam mais ou menos na mesma localidade, possuíam

as mesmas condições naturais e o mesmo número de habitantes. O objetivo era avaliar o poder aquisitivo das cidades. "Quanto maior o consumo de energia, maior a quantidade de eletrodomésticos", explica Madalena. "Pelo meu estudo, a população de todas as estâncias registrou um consumo residencial muito superior."

De acordo com a Aprecesp, também é comum a população, de modo geral, não dar ao turismo o valor que ele merece. "Quem não trabalha diretamente com o setor só vai ter lucro depois das temporadas, quando o comerciante que ganhou com os visitantes vai gastar dinheiro em reformas e compras para o seu estabelecimento", explica Fordinho.

Segundo a Organização Mundial do Turismo (OMT), no ano de 2003, o turismo movimentou US\$ 4,54 trilhões, ou seja, 10% do PIB mundial. No Brasil, a previsão é de que o setor crie, até 2007, 1,2 milhão de empregos, além de garantir a entrada de cerca de US\$ 8 bilhões no país. As estâncias, nesse quesito, possuem um papel fundamental para o desenvolvimento do turismo interno. Resta saber até onde elas estão preparadas para desenvolver projetos que lhes garantam sustentabilidade.

O futuro na regionalização

Divulgação / Secretaria de Estado do Turismo



Secretário de Estado do Turismo, Fernando Longo

Desde que assumiu, em junho, a então recém-criada Secretaria de Estado do Turismo – antes vinculada à Secretaria da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico – o advogado **Fernando Longo** tem enfrentado o cargo com a mesma disposição dos bandeirantes, que desbravaram o Estado e o tornaram conhecido para o restante do país. Percorrendo São Paulo do litoral ao interior, Longo está disposto a fazer daqui um pólo turístico de reconhecimento internacional. Nesta entrevista à *Municípios de São Paulo*, concedida por e-mail, o secretário reconhece a importância socioeconômica das estâncias mas indica a regionalização do turismo paulista como caminho para tornar os atrativos de cada região mais "vendáveis".

Qual a importância socioeconómica das estâncias para o turismo no Estado?

As 67 estâncias são áreas destacadas e de extrema importância para a indústria do turismo paulista, pois, além de seus atrativos, são capazes de receber visitantes muito além das sazonais. À exceção das balneárias, cuja preferência é notadamente para os períodos ensolarados, a maioria das estâncias está preparada para oferecer lazer durante todo ano. Esse fluxo vem ao encontro

da capacidade de desenvolvimento de cada região na qual se encontra o município, tanto na geração de empregos como na captação de divisas. Com o segmento do turismo em ação, a melhoria da qualidade de vida é notória para os municípios envolvidos e para o próprio Estado.

Atualmente, há 200 projetos de lei em trâmite na Assembléia Legislativa de municípios solicitando o status de estância. A aprovação desses projetos pode prejudicar as estâncias já existentes?

Uma cidade não se torna estância assim, de improviso. Um corpo técnico da Secretaria de Turismo é um dos responsáveis pela avaliação dos municípios pleiteantes, assim como outros órgãos técnicos competentes, como Sabesp, Cetesb e Condephaat. Trata-se de um processo minucioso que começa e termina na Assembléia Legislativa. Não somos nós, particularmente, que devemos emitir opinião se uma localidade deve ou não transformar-se em estância. Os fatores técnicos se sobrepõem.

O Estado possui propostas para valorizar as estâncias e torná-las conhecidas?

Nem sempre uma ação isolada é motivo de sucesso. Em especial no segmento do

turismo. A política moderna apresenta, em geral, casos com êxito a partir da junção de partes. Um exemplo são as estâncias balneárias do litoral norte (Caraguatatuba, Ubatuba, São Sebastião e Ilhabela) que se uniram para tornar "o produto" – suas atrações turísticas – mais forte e vendável. A aliança é valiosa. Valorizamos as estâncias como valorizamos toda a potencialidade do turismo paulista espalhada por dezenas de municípios. Estamos à disposição de todos, mas temos consciência de que atitudes regionalizadas dão maior resultado.

Uma das propostas da secretaria é dividir o Estado em oito macrorregiões. De que maneira esta medida incentivará o turismo local?

A divisão faz parte do programa Jornadas de Desenvolvimento do Turismo, que tem como principal objetivo a regionalização do turismo, procurando tornar vendáveis os atrativos de cada região. As macrorregiões são: Capital Expandida (39 municípios), Vertente Oceânica Sul (23), Vertente Oceânica Norte (39), Estradas e Bandeiras (90), Centro-Norte Paulista (93), Centro-Oeste Paulista (143), Entre Rios (139) e Cuesta Alto do Paranapanema (79). Após a identificação, feita em 2005, estamos na fase de capacitação profissional, além de alguns planos específicos para cada área.

De 22 a 26 de março, no Memorial da América Latina, haverá o Salão Paulista de Turismo, no qual serão expostos os resultados do programa das Jornadas, como apresentação de gastronomia, artesanato, shows, circuitos, roteiros de cada macrorregião.

Ainda ocorrerá no evento um Congresso Internacional com análises de temas como a expansão do turismo aéreo e rodoviário. :::

ASFALTO

A BAIXO CUSTO

Máquina Processadora de Asfalto



MP 10

Usina de PMF e Lama Asfáltica



MD 1000

Usina de Pré Misturado a Frio



UP 40

Usina de Pré Misturado a Frio



UP 20

Vibro Acabadora VA 500



VA 500

Espargidor



EP 2500

CONISHI

MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS LTDA.

Tel. 17 3522-8836 / Fax. 17 3522-8095

www.conishi.com.br vendas@conishi.com.br

Av. Com. Antonio Stocco, 230 - Pq. Joaquim Lopes - 15800-610 - Catanduva - SP

Os municípios e o pregão

Certa feita, se não me trai a memória, em fala de abertura de Congresso Estadual de Municípios organizado pela APM, o ilustre conselheiro Renato Martins Costa, então presidente do egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, discorrendo a respeito das licitações promovidas pelos municípios e, em especial, sobre as enormes vantagens da modalidade pregão, então recém-introduzida no ordenamento jurídico, observou, com a argúcia que lhe é peculiar, que “a Corte de Contas não poderia obrigar os municípios a adotarem a modalidade em suas licitações, sob pena de ofensa à autonomia mas que, certamente, iria questionar o porquê da não-adoção”.

A Lei Federal nº 10.520 que resultou da conversão da Medida Provisória nº 2.182, de 2001, está em vigor desde 17 de julho de 2002 e, portanto, há mais de três anos e, no entanto, sem qualquer motivo plausível, a grande verdade é que significativa parcela dos municípios brasileiros, incluindo ponderável número dos paulistas, até agora não adotou a modalidade pregão, mesmo em seu formato mais simples, o presencial, para adquirir bens e contratar serviços de natureza comum, qualificados pelo artigo 1º da Lei como “aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos no edital, por meio de especificações usuais no mercado”.

Significativa parcela dos municípios brasileiros até agora não adotou a modalidade pregão, mesmo em seu formato mais simples, o presencial

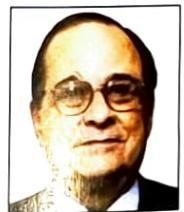
Aliás, nesse passo, convém ressaltar que as dúvidas surgidas, quanto à aplicabilidade da Lei por estados, Distrito Federal e municípios, em razão do voto aposto ao artigo 2º, já foram afastadas pela doutrina, como bem anota o festejado publicista Toshio Mukai, em parecer a respeito do tema: “Apesar do voto pode-se concluir pela possibilidade de utilização do

pregão por todos os entes da federação, pelos motivos a seguir elencados, dentre eles: i) menção expressa aos estados e municípios na ementa da lei; ii) ausência da restrição anteriormente contida na Medida Provisória nº 2.182; iii) as razões do voto presidencial não estão relacionadas com a extensão da nova modalidade às outras esferas federativas; iv) a Lei autorizou, expressamente, no par. 2º do art. 2º, a realização de pregão eletrônico nas diversas

esferas federativas.”

As vantagens em relação às demais modalidades são bastante significativas; em destaque a celeridade dos atos – resolve-se o preço e depois verifica-se a habilitação do vencedor – e a economicidade – lances verbais e sucessivos provocam a diminuição dos preços ofertados. Ambas justificam plenamente a utilização do pregão pelos municípios.

Basta começar. Basta treinar os servidores encarregados de realizar o pregão. É o município se modernizando e economizando! ::



Divulgação/Instituto BrasilCidade

Antônio Sérgio Barista, advogado especialista em Direito Público; diretor-presidente da ASB – Advogados Associados e do Instituto BrasilCidade; e presidente do Conselho Técnico-Multidisciplinar da APM

Limpeza com qualidade, tecnologia e segurança.

Damaeq aplicando sua tecnologia 100% nacional em soluções práticas e inovadoras.



Varredora mecânica rebocada VMR-1000

Com capacidade reservatória e desenvolvida com alta tecnologia a Varredora tem novo sistema com ágil desempenho para descarregamento em containeres estacionários (opcional), destacando-se pela facilidade de tração com possibilidades de ser rebocada por tratores de diversas marcas, com o mínimo de 65 HP.

Coletores compactadores de lixo

Se sua necessidade é Qualidade e Segurança, a DAMAEQ produz a solução em equipamentos para LIMPEZA Pública aliando a robustez necessária para execução do seu trabalho.



Viatura de Bombeiros

ABT, ABTR, AR e AT

Viaturas Desenvolvidas e construídas dentro das especificações técnicas conforme NBR14096/98 , os equipamentos DAMAEQ são referência em combate de incêndio e resgate.



Tanque multi-aplicação

Eficiente e prático projetado com sistema de multi-aplicação que é ajustável para pequenas irrigações como de canteiros, lavagem de fachadas, túneis, ruas, monumentos e até a nobre missão de combate a incêndios.



DAMAEQ - Dávilia Indústria Mecânica de Máquinas Ltda.
Rua Presidente Castelo Branco, 510 - Bairro Tomaz Coelho
CEP 83707-130 - Araucária - Paraná - Brasil
Fone/Fax: +55 41 3643-2232 - Vendas: +55 41 3643-2103
damaeq@damaeq.com.br

Meu primeiro balanço

Passado o primeiro ano do primeiro mandato, prefeitos avaliam trabalho desenvolvido, falam das dificuldades encontradas e projetam o futuro

Por Adriana Natali

Como se não bastasse ser o primeiro ano de mandato – normalmente um ano de reformas e de colocar ordem na casa –, muitos prefeitos paulistas também encararam pela primeira vez, em 2005, um cargo no Executivo municipal. Administrar dívidas passadas, encontrar o cofre vazio e ter real dimensão dos problemas da máquina pública foram alguns dos dissabores encontrados. Mas a impressão inicial não desanimou os prefeitos de primeira viagem.

São Vicente, administrada por Tércio Garcia, fechou 2005 com saldo positivo em diversas áreas, com destaque para a ampliação do número de creches e de salas de aula, e a pavimentação da Avenida Angelina Pretti – principal acesso à região continental. O prefeito também teve um ano gratificante por conta da liderança do município nos índices de geração de empregos em todo o litoral paulista, segundo levantamento divulgado pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados



(Caged), assim como na pesquisa do Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância), que colocou a cidade como a que melhor atendeu a infância entre os cinco maiores municípios da Baixada.

"Apesar dos progressos, encontramos dificuldades principalmente pela falta de recursos financeiros. Mas conseguimos aumentar o orçamento de R\$ 249

milhões para R\$ 270 milhões, graças à política de incentivo ao comércio, que transformou o município no principal pólo de compras da região, atraindo empresas renomadas nacionalmente e culminando com o início das obras de um grande shopping no centro", diz o prefeito.

No ano passado, a prefeitura de São José dos Campos, administrada por Eduardo Cury, reformou e ampliou 16 escolas municipais, além de iniciar a construção de quatro novas pré-escolas e três creches. Na saúde, o destaque foi a construção de novas unidades básicas e de pronto atendimento e o aumento de leitos no hospital municipal.

"Mesmo com a mudança de prefeitos, a cidade não parou, apesar das dificuldades em razão de a economia ter crescido só 2,5%, o que acabou refletindo no repasse de impostos para o município. Com isso, tivemos que trabalhar com um orçamento mais ajustado para dar continuidade aos nossos projetos", afirma Eduardo Cury.



Papa de Santos: "novas secretarias, novas rotinas administrativas"

que lançasse para o futuro as ações prioritárias a serem desenvolvidas a médio e longo prazo, razão pela qual nos vimos motivados a focar no planejamento a nossa principal realização no primeiro ano", afirma.

Pela primeira vez na história da cidade, 22 mil crianças da rede municipal receberam material escolar gratuito. A atual gestão ampliou em três mil o número de vagas nas escolas municipais. Na área de transportes, Suzano reduziu o valor da tarifa de ônibus de R\$ 1,60 para R\$ 1,50.

Em setembro do ano passado, foi lançado o Programa Cidade das Flores, que reúne 73 ações e obras de melhoria em diversas áreas, com investimen-

Para 2006, o prefeito destaca a implantação da Faculdade de Tecnologia (Fatec) em parceria com o Estado e de um campus da Universidade Federal do Estado de São Paulo (Unifesp), com cursos voltados à área de biotecnologia; a implantação da Casa do Idoso; e a melhoria do atendimento na saúde, com informatização da rede.

Tarefa número um dos prefeitos de primeira viagem foi avaliar os problemas da máquina pública

Já o município de Suzano se desenvolveu de forma desordenada nos últimos anos, na opinião do atual prefeito Marcelo Cândido, o que permitiu o acúmulo de inúmeros problemas, como o crescimento da ocupação irregular e a consequente falta de infra-estrutura urbana. "Além disso, notamos a falta de um planejamento

tos de aproximadamente R\$ 78 milhões.

Cândido conta que a dívida deixada pela administração passada com o INSS impediu o município de conseguir a Certidão Negativa de Débito (CND), tendo sido bloqueados recursos federais e estaduais para Suzano no primeiro semestre. Para 2006, os



principais objetivos são oferecer aos alunos da rede municipal de ensino, além do material, o uniforme escolar, a construção de cinco novas escolas e as reformas de mais cinco unidades.

No primeiro ano de gestão de João Paulo Papa, Santos conseguiu conquistar avanços como a reforma administrativa e a criação de duas secretarias, a de Assuntos Portuários e a de Segurança. "O maior desafio foi adaptar a máquina administrativa a um novo estilo de trabalho,



Cury, de São José dos Campos: "cidade não parou com a mudança de gestão"

cola em 32 unidades; e o aumento linear de 8% no salário-base dos servidores públicos municipais.

"Em 2006, vamos manter o compromisso com o de-

estruturais, foi necessário estabelecer metas e diretrizes para a gestão por meio do planejamento estratégico que envolveu todas as secretarias. "Estamos promovendo a qualificação das lideranças, com a reciclagem de conhecimentos aos funcionários do segundo escalão com vistas ao envolvimento de todos com o novo conceito de governo proposto", comenta o prefeito.

Sobre o trabalho realizado na cidade, Lippi destacou as obras do sistema de contenção de águas na região do Jardim Abaeté,

Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU), que construirá mil casas para atender famílias com renda entre um e quatro salários mínimos.

Passado o primeiro ano de mandato, os prefeitos

Wanderley Costa / Divulgação



Cândido, de Suzano: carro-chefe é o Programa Cidade das Flores



Lippi, de Sorocaba: gestão promove reciclagem dos funcionários

com a criação de novas secretarias e novas rotinas administrativas", afirma o prefeito da Baixada.

Entre as principais conquistas estão a entrega da Unidade Básica de Pronto Atendimento do Porto; a implementação do Programa Nossa Es-

senvolvimento econômico e social, que norteará todas as ações promovidas pela administração até o final da atual gestão", afirma o prefeito.

A reestruturação do setor público foi o projeto inicial da administração do prefeito Vitor Lippi, de Sorocaba, quando assumiu o mandato. Para isso, foram criadas secretarias municipais de Recursos Humanos, da Cultura, das Parcerias, da Juventude e da Comunicação.

Além das modificações

cuja população enfrenta problemas sérios de inundação. Além disso, no setor habitacional, foi firmado acordo com a Caixa Econômica Federal, que viabiliza a construção de 1,4 mil casas por meio do Programa de Arrendamento Residencial (Par). Por meio dele, famílias com renda de até cinco salários mínimos terão acesso à casa própria por meio de arrendamentos que possibilitam a aquisição do imóvel ao final do contrato. Também foi firmada parceria com a

ouvidos pela reportagem concordam que o "monstro" da administração pública parece já estar mais domado. O segundo ano é marcado pelas primeiras consolidações do que foi planejado um ano antes. Vontade de continuar não falta aos prefeitos. João Paulo Papa, prefeito de Santos, resume como será daqui pra frente: "O ano de 2005 foi um ano muito frutífero, de muito trabalho e preparo do terreno para as realizações que serão consolidadas ao longo dos próximos três anos de administração." ■

Política com bom humor

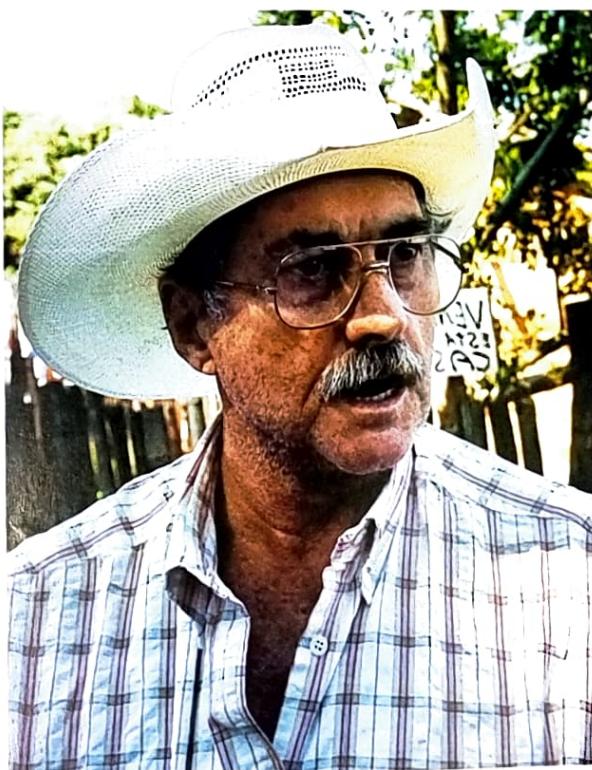
Conhecido pela alcunha de “prefeito do chapelão”, Zi Biase fala de frutos colhidos na sua gestão, durante os congressos da APM

Nascido e criado em Novo Horizonte, Sidney Jorge Francisco De Biase, atual vice-prefeito da cidade, é mais conhecido pela população dali simplesmente por Zi

Biase. O toque interiorano ao sobrenome de origem italiana é característico daquela região e foi adotado como nome político. Fora dali, nos Congressos Estaduais de Municípios,

promovidos pela APM, a alcunha era outra: o prefeito do chapelão. “Eu ia de botina, canivete na cinta e sempre com uma fivela grande. No começo tiravam sarro de mim por causa do meu chapelão, depois acostumaram”, diz o vice-prefeito. Foi a vida na fazenda que estimulou o hábito de usar chapéu, que só sai da cabeça em cerimônia de casamento, conta o vice. O atual prefeito de Novo Horizonte é Toshio Toyota.

Durante os mandatos de prefeito na década de 1980 e de vice, Zi Biase freqüentou assiduamente as edições do congresso. E os encontros foram bem proveitosos naquelas ocasiões: “Consegui recuperar uma estrada estadual de Novo Horizonte até Bonifácio, que fazia 30 anos que estava parada e que o



Zi Biase é o atual vice-prefeito da cidade de Novo Horizonte

governo Montoro, na época, conseguiu viabilizar. E depois, em congresso ocorrido no governo Quérzia, conseguimos mais quatro vicinais”, conta.

Para o vice-prefeito de Novo Horizonte, o encontro promovido pela APM – e que este ano completa 50 anos – foi “a melhor coisa que pôde existir para os municípios”. Ele explica que o contato com as autoridades e lideranças locais e estaduais se fez de forma harmônica e produtiva: “Foi o momento, quando era prefeito, em que mais consegui as coisas juntamente com os secretários de Estado, governadores, além da grande amizade que a gente formou com os outros prefeitos”, afirma.

Além da vice-prefeitura, Zi Biase dedica-se à criação de gado de corte. Aos 66 anos, foi um dos formadores do rodeio no Brasil. “Tenho 43 anos de rodeio”, conta. Hoje, na prefeitura, atua juntamente nas áreas da saúde, educação e saneamento, tripé que direciona o trabalho da atual gestão na cidade localizada na região administrativa de São José do Rio Preto e que tem 32 mil habitantes. ::

Esta coluna resgata figuras importantes da cena política que participaram da história do Congresso Estadual de Municípios. Em 2006, o evento promovido pela Associação Paulista de Municípios estará na sua 50ª edição.

50 ANOS COMEMORANDO O PAS
IMPORTANTES PALESTRANTES. GRANDES

VENHA AMPLIAR SEUS H



Guarujá - São Paulo - Brasil

ESTE É O MAIS ESPERADO CONGRESSO DA APM DE TODOS OS TEMPOS.

Afinal, este evento nunca sofreu interrupção em seu caminho, está na quinquagésima edição e cresce a cada dia. Você que está envolvido com questões relacionadas à administração municipal é nosso convidado especial. Além de palestrantes e debatedores de renome, haverá grandes exposições que, sem dúvida, é de interesse das administrações públicas. E, tudo isso, de frente para o mar numa das cidades mais encantadoras do litoral brasileiro. Guarujá. O 50º Congresso Estadual dos Municípios está imperdível. Venha e amplie seus horizontes.

S A D O E P R O J E T A N D O O F U T U R O

E X P O S I T O R E S . D E 2 0 A 2 5 D E M A R C O

O R I Z O N T E S



50º Congresso Estadual dos Municípios
50 anos comemorando o passado e projetando o futuro
De 20 a 25 de março, Casa Grande Hotel

Av. Miguel Stéfano, 1.001 - Praia da Enseada
Guarujá - São Paulo - Brasil



Mais informações: Associação Paulista de Municípios
Fone: 11 2165 9999 | www.apaulista.org.br

Cinquentá anos de história

Congresso Estadual de Municípios deste ano promete ser o maior da história

A próxima edição do Congresso Estadual de Municípios, promovida pela Associação Paulista de Municípios, será especial. O evento comemorará cinquenta anos de encontros entre autoridades municipais, estaduais e federais. Trata-se do encontro mais antigo entre líderes municipais para discussão de alternativas de desenvolvimento das cidades paulistas. "Fico orgulhoso de poder estar à frente da APM nesse momento tão importante para a entidade e poder fazer parte dessa longa história de envolvimento com as causas municipalistas", afirma o presidente Celso Giglio, que, no ano passado foi reeleito para o cargo.

Os congressos já discutiram e decidiram atos importantes para os muni-



Programação especial do evento inclui ciclo de palestras com grandes formadores de opinião

cípios e, este ano, promete o presidente, "não será diferente". Ao longo dos últimos cinquenta anos, os congressos já foram palco de discussões sobre a constituição da capital fora do Rio de Janeiro; sobre a permanência do parlamentarismo; sobre o AI-5; sobre a concessão da anistia geral; a volta das

eleições diretas; a nova Constituição assinada em 1988; enfim, de todos os grandes temas importantes da recente história política do Brasil. Nos últimos anos, os congressos têm desempenhado o importante trabalho de levar informação e conhecimento aos gestores municipais e de colocar entidades regio-

nais e federais em contato com os problemas locais trazidos pelos participantes dos congressos.

É por isso que a Associação Paulista de Municípios está preparando uma programação com convidados especiais para o encontro que terá o tema Comemorando o Passado, Projetando o Futuro. Uma das novidades será a realização de um ciclo de palestras com grandes formadores de opinião ao final de cada período de trabalhos, de manhã e à tarde. Já foram confirmadas as presenças do articulista Arnaldo Jabor, do jornalista Joelmir Beting, do professor Pasquale Cipro Neto e do apresentador Heródot Barbeiro.

Além desses, personalidades políticas atuais e de períodos anteriores prometem comparecer em

50º CONGRESSO ESTADUAL DE MUNICÍPIOS

Data: 20 a 25 de março

Local: Casa Grande Hotel, na cidade de Guarujá

Para fazer sua inscrição e obter mais informações sobre o congresso, entre no site www.apaulista.org.br ou então ligue para (11) 2165-9999.

peso ao encontro, ainda mais sendo 2006 um ano de eleições presidenciais. O presidente da APM, Celso Giglio, não tem dúvidas de que o advento do Congresso será um marco neste momento efervescente para a política nacional: "Ao reunir as principais lideranças políticas, o congresso também dará o pontapé inicial na disputa eleitoral", apostava Giglio.

O encontro deste ano acontecerá na cidade de Guarujá, entre os dias 20 e 25 de março, no Casa Grande Hotel. No total serão quatro mil metros quadrados de área disponível para abrigar o congresso, que – além das palestras com especialistas e técnicos em políticas públicas – também terá feira de exposição com empresas privadas fornecedoras de produtos, serviços e tecnologias para os municípios. "Temos também grande programação voltada para as primeiras-

damas do Estado, com a participação maciça do Fundo de Solidariedade do Estado de São Paulo", conta Giglio.

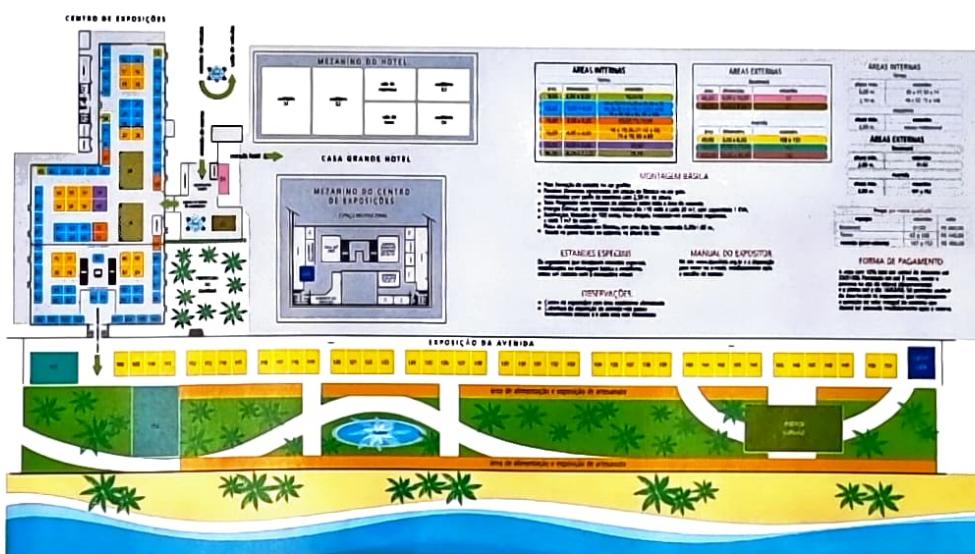
Apesar de toda a programação especial, o Congresso não quer deixar de lado uma característica muito sua: a de aproximar prefeitos, vices, vereadores e demais dirigentes municipais das autoridades do governo do Estado e da União. "Esse será o grande momento para fazer esses contatos. Todos os líderes locais precisam estar no congresso para levar suas reivindicações e marcar posição com as



"Ao reunir as principais lideranças políticas, o congresso também dará o pontapé inicial na disputa eleitoral"
Celso Giglio, presidente da APM

lideranças estaduais e federais.", convida o presidente. A oportunidade é boa, e as prefeituras não

devem deixar de participar de mais esse capítulo da história do movimento municipalista. ::



Congresso será instalado em espaço com quatro mil metros quadrados

Novas peças no tabuleiro

Ex-districtos e municípios divididos analisam as vantagens e as desvantagens da emancipação administrativa

Por Antonio Santomauro

Aprovação da Emenda Constitucional nº 15, que barrou a criação de novos municípios em todo o país em 1996, não eliminou a vontade de transformação de distritos em cidades. Atualmente, estão protocolados na Assembléia Legislativa de São Paulo 54 pedidos para criação, a partir de distritos, de novos

municípios. Apesar da grande procura, a crença nos benefícios e na conveniência das emancipações não é unânime: se ela predomina entre os representantes de municípios criados na década passada, ainda provoca polêmica entre especialistas em políticas públicas.

François Bremaeker, coordenador do banco de dados municipais do

Instituto Brasileiro de Administração Municipal (Ibam), qualifica a emancipação como um “bom negócio”, ao menos para os novos municípios. O motivo dessa afirmação: ela gera aumento das verbas, em decorrência de fatores como o recebimento do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), antes repassado à sede original do

município. “É geralmente os recursos ali arrecadados jamais são aplicados na proporção da capacidade de contribuição do distrito”, diz Bremaeker.

“Eventualmente, elas [emancipações] podem gerar um ganho duradouro, mas isso não ocorreu na maior parte dos municípios criados depois de 1988”, afirma Renato Villela, diretor-adjunto do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), do Rio de Janeiro. “Em Minas Gerais, nesse período surgiram vários novos municípios, mas muitos deles são inviáveis financeiramente”, exemplifica. De acordo com Villela, do ponto de vista imediato, a emancipação possibilita ao novo município, independentemente de sua capacidade de geração de recursos, a obtenção de outros provenientes de transferências federais e





Bremaeker, do Ibam:
emancipação é "bom
negócio" para novas cidades

estaduais. "Mas, em dois ou três anos, o gasto com a estrutura necessária ao novo município pode consumir, ou mesmo superar, todo o ganho de receita", afirma Villela.

ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

Também Alexandre Marucci Bastos, prefeito de Gavião Peixoto – município criado em 1995, e antes distrito de Araraquara –, defende a livre possibilidade

de emancipação. Para ele, a separação valoriza a horizontalização e pulverização da capacidade administrativa de um país de dimensões continentais, como o Brasil. "Revolto-me quando ouço que a 'farra' de criação de novas cidades precisa parar. Até pode estar havendo algum oportunismo em alguns casos, mas não podemos perder de vista que a proposta primordial desse processo é a internalização democrática", explica.

Para ilustrar a utilidade das emancipações, ele cita grandes municípios, como Ribeirão Preto e São José do Rio Preto, que no final do século 19 foram, respectivamente, desmembrados das cidades de São Simão e Jaboticabal. Faz também uma analogia com a realidade da França: "É um país com território equivalente ao do Estado de Minas Gerais. E, no

início da década de 1990, lá havia 37.708 "municípios" (comunas), enquanto no Brasil, em 2005, havia 5.560", ele compara.

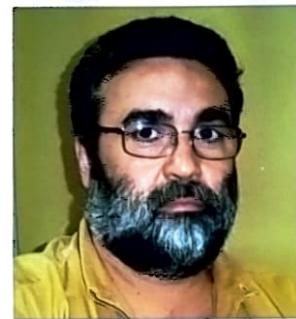
E a emancipação pode ser tão interessante que Antonio Carlos de Oliveira, chefe de gabinete da prefeitura de São Lourenço da Serra – município emancipado de Itapecerica da Serra em

"A própria emancipação de São Lourenço da Serra foi positiva, pois, apesar das dificuldades do início, gerou melhoria na qualidade dos serviços públicos municipais", acredita.

De uma maneira geral, a estrutura administrativa da prefeitura pode consumir até 6% das receitas do novo município, estima

Assembléia Legislativa tem 54 pedidos para criação, a partir de distritos, de novos municípios

1991 –, afirma pretender colaborar com esse processo no distrito de Paiol do Meio, hoje pertencente a sua cidade, e que tem anseios separatistas. "A emancipação sempre vem com um plebiscito, e é preciso respeitar a vontade da população de uma localidade", justifica.

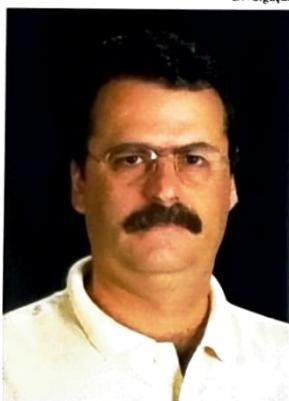


Villela, do Ipea:
muitos
novos municípios são
inviáveis financeiramente



Nicola Perez Neto, presidente da Associação dos Municípios que Pleiteiam Emancipação no Estado de São Paulo (Assodimam), entidade que hoje está em compasso de espera por mudanças na legislação (*leia quadro Emancipações paradas por emenda*). Para ele, as emancipações são interessantes porque os distritos estão localizados em área distante das sedes municipais, e, por isso, recebem pouca atenção.

Divulgação



Bastos, de Gavião Peixoto: novos municípios fortalecem a “internalização”

Mas essa regra tem exceções: “É preciso critérios. Muitos dos novos municípios sequer têm condições de desenvolver projetos pelos quais possam pleitear verbas. Além disso, a emancipação não pode inviabilizar o município original”, diz Perez Neto. Há casos em que os distritos emancipados levam a maior riqueza do município, como no caso

de Ouroeste que se separou de Guarani D’Oeste (*leia quadro Distrito Golias e município Davi*).

Números e fatos revelados por integrantes de prefeituras de municípios nascidos nos anos 90 parecem reforçar os argumentos dos defensores das emancipações. “Quando éramos distrito, nossa taxa de mortalidade infantil era de 97 mortes em cada mil nascidos vivos. Hoje, ela é zero. Também não temos nenhum aluno na idade do ensino fundamental fora da escola, e temos transporte escolar em todos os bairros”, afirma Antonio Carlos Oliveira, chefe de gabinete da prefeitura de São Lourenço da Serra, cidade de 15 mil habitantes cujo orçamento neste ano atingirá R\$ 21 milhões

EMANCIPAÇÕES PARADAS POR EMENDA

Antes regido por uma restritiva lei federal, o movimento de criação de novos municípios ganhou fôlego com a Constituição de 1988, que conferiu aos estados a prerrogativa do estabelecimento das normas regentes desse processo. Como consequência, o número de municípios brasileiros subiu de 4.263, em 1987, para 5.506 no ano 2000. No Estado de São Paulo, surgiram 73 novos municípios entre 1990 e 1997.

Ao requerer uma lei complementar para regulamentar a criação de municípios, a Emenda Constitucional nº 15, de 1996, freou o frenesi emancipacionista. Em 2003, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva vetou uma lei que fixava esse prazo em dez meses antes das eleições municipais.

Atualmente, tramita no Senado a Proposta de Emenda à Constituição nº 13, de 2003. Ela de-

volve aos estados a competência da legislação relativa à criação de municípios, e está pronta para ser votada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania daquele órgão legislativo. Na Câmara, está pronto para ser votado o Projeto de Lei Complementar 130, de 1996, que regulamenta todo o processo de emancipação, estabelecendo inclusive a população mínima para a emancipação de um distrito. Para a região Sudeste, o distrito deve ter, no mínimo, 15 mil habitantes.

Mas, como consequência da Lei 9.709, de 1998, um plebiscito para a emancipação de um distrito já não poderia envolver apenas seus habitantes, como ocorria antes: hoje, seria necessária também a participação dos moradores do município ao qual ele pertence. Se for aprovada, a PEC nº 13 exigirá, além do plebiscito, o estudo de viabilidade para criação da nova cidade.

Emancipação atrai interessando porque possibilita o recebimento de transferências federais e estaduais

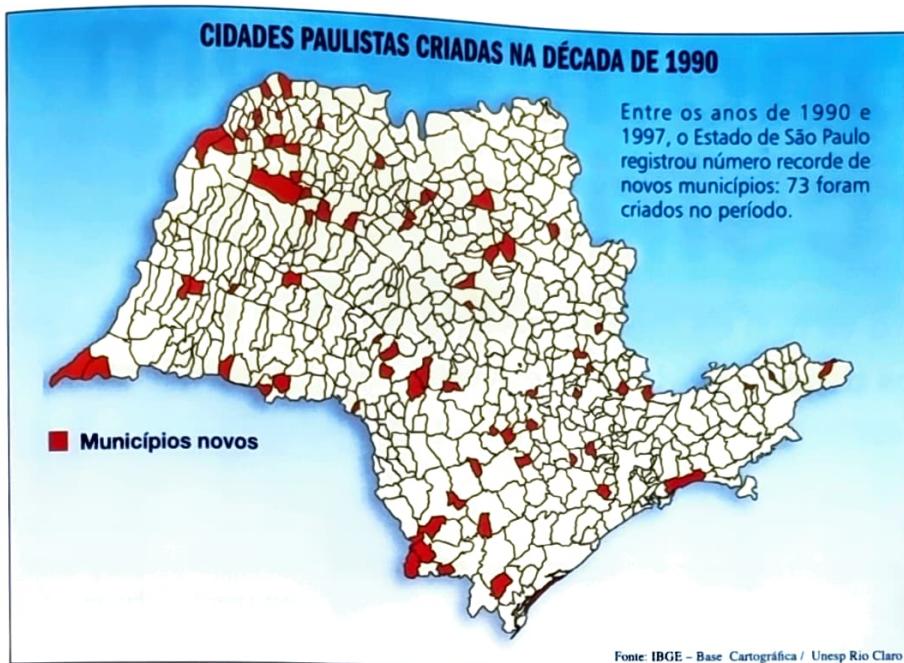
Já Bastos cita conquistas importantes do período pós-emancipação de Gavião Peixoto. Por exemplo a chegada, em 2000, de uma unidade da Embraer. “Não posso garantir que essa unidade não estaria aqui se não fôssemos um município. Mas fui eu quem negociou a vinda da Embraer, e sei que as negociações foram mais fáceis, pois a empresa conversou diretamente com o prefeito”, ele conta. Neste ano, o orçamento de Gavião Peixoto – cidade com 4,3 mil habitantes –, chegará a R\$ 6 milhões.

Emancipado de Sumaré em 1991, Hortolândia tem hoje população e arre-

cadação bem superiores: respectivamente, 200 mil habitantes, e aproximadamente R\$ 200 milhões. Lá a emancipação também teve efeitos positivos, atesta Eduardo Amorim, diretor de planejamento urbano da prefeitura lo-



Pinhel, de Ouroeste: “emancipação não foi boa para os com pouca receita”



DISTRITO GOLIAS E MUNICÍPIO DAVI

O boom emancipacionista dos anos 90 gerou casos curiosos, como uma emancipação formalmente atribuída a um distrito, mas que parece ter sido concedida à sede do município. Ao menos é assim que Marco Caboclo, prefeito de Guarani D'Oeste, resume o processo, ocorrido em 1995, de emancipação do distrito de Ouroeste, anteriormente integrado à cidade administrada por ele hoje.

A tese de Caboclo tem fundamento. Ouroeste, o distrito emancipado, tem população mais de três vezes superior à da antiga sede, hoje com aproximadamente 2,2 mil habitantes (em Ouroeste, há oito mil). Seu orçamento, neste ano, atingirá os R\$ 18,4 milhões, enquanto o de Guarani D'Oeste ficará em R\$ 4,2 milhões. Além disso, ficou com Ouroeste a principal fonte de riquezas do antigo município: a usina hidrelétrica de Água Vermelha, cujos impostos lhe proporcionam ocupar o terceiro lugar entre as cidades paulistas com maiores rendas *per capita* do Estado (R\$ 737, segundo a Fundação Seade e o IBGE, registrado em 2003).

Apesar da perda dessa receita,

a emancipação de Ouroeste também produziu efeitos positivos em Guarani D'Oeste, afirma Caboclo. "Guarani era a sede do município, mas as benfeitorias, como hospital e agências bancárias, iam todas para Ouroeste", diz. "Foi a partir da emancipação que Guarani passou a ser realmente um município", acrescenta Caboclo.

Também para Ouroeste a emancipação foi benéfica, afirma o prefeito Nelson Pinhel. Segundo ele, as novas receitas decorrentes da emancipação foram compensadas por uma estrutura administrativa enxuta, e pelo aumento de receita. Mas ele não crê porém que o exemplo de sua cidade seja válido para todos os municípios nascidos nos anos 90. "Acho que, para aqueles que não têm fontes suficientes de receita, a emancipação não foi boa", avalia. Também Caboclo recomenda cuidado na discussão relativa à emancipação. "É complicado gerir uma cidade contando basicamente com o FPM", afirma. A declaração vem respaldada pelo próprio conhecimento de causa: cerca de 60% da receita de Guarani D'Oeste vem do FPM.

cal: "Hortolândia gerava aproximadamente 60% da arrecadação de Sumaré, mas, comparativamente a outras regiões da cidade, tinha menos serviços. A emancipação gerou uma receita que permitiu mais investimentos nos serviços públicos", diz.

Município e ex-distrito podem melhorar serviços regionais por meio de parcerias, sugere especialista

Na opinião de Amorim, mesmo se ainda estivesse integrado a Sumaré, Hortolândia não teria reduzido seus problemas, como, por exemplo, o do saneamento básico: a cidade não tem coleta e tratamento de esgoto domiciliar. Para Bremaeker, um município

emancipado "dificilmente terá mais problemas do que aqueles enfrentados no passado". Geralmente o quadro se inverte para o município que perdeu o distrito, pois terá as verbas originárias de repasses reduzidas.

Apesar do desgaste provocado pelas emancipações, município e ex-distrito podem estreitar relações e melhorar os serviços regionais por meio de ações conjuntas. Villela, do Ipea, sugere a parceria entre os municípios para, por exemplo, a aquisição de equipamentos hospitalares. "Apesar de a legislação brasileira dificultar essa associação, ela já é bem sucedida em países como os Estados Unidos", finaliza. O especialista diz ter conhecimento de algumas parcerias entre

municípios já sendo realizadas em estados como RS, SC e PR.

Os convênios entre municípios vizinhos também são outra alternativa de desenvolvimento, desde que não esbarrem, principalmente, nas rixas partidárias ou bairrismos. :::

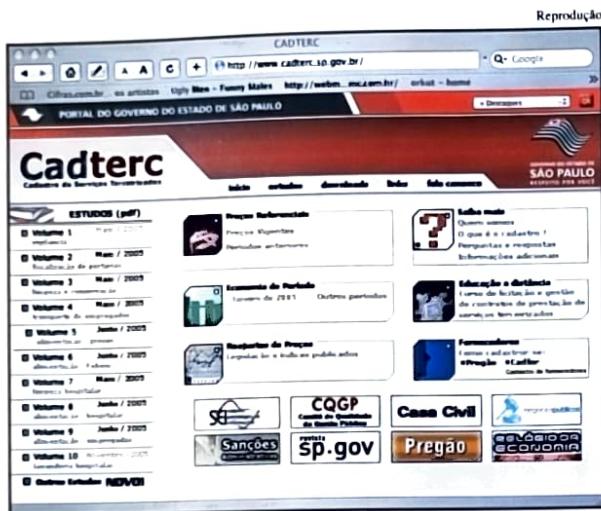
e-economia com terceirizados

Cadastro virtual de monitoramento de serviços terceirizados desenvolvido pelo governo estadual serve de referência para administrações municipais

Por Regina L. Diniz

O governo do Estado de São Paulo conseguiu uma economia de R\$ 11,4 bilhões para os cofres públicos estaduais com serviços terceirizados, em um período de dez anos de gestão administrativa via internet (de 1995 a 2005). Este resultado foi possível pelo uso de uma solução tecnológica para o cadastro e monitoramento de serviços: o www.terceirizados.sp.gov.br.

O modelo adotado pelo governo de São Paulo está disponível na internet para todas as prefeituras e administrações públicas em geral no site www.cadterc.sp.gov.br. No site é possível encontrar orientações gerais sobre especificação técnica e composição de custos para determinação de preços referenciais, na prestação de serviços terceirizados como de limpeza, transporte de funcionários, nutrição



Página inicial do Cadterc

e alimentação de presos, entre outros.

“Esses estudos estão na internet para todas as prefeituras e demais órgãos públicos do Brasil, interessados em ter referências de preços

e de como contratar os serviços por meio de modelos de editais”, explica Roberto Meizi Agune, que coordenou o Sistema Estratégico de Informações da Casa Civil e, hoje, ocupa a Superintendência

Cadastro consolida informações dos contratos de terceirizados do Estado, ao qual estão conectadas secretarias e empresas públicas

da Fundação do Desenvolvimento Administrativo (Fundap) do Estado de São Paulo.

Outro braço do sistema, o www.terceirizados.sp.gov.br é de acesso restrito. Ele reúne o cadastro de todos os fornecedores da administração pública estadual e permite o monitoramento de todos os serviços prestados por essas empresas. Apenas funcionários ligados ao sistema e às empresas de serviços têm acesso aos dados ali registrados. “Essa ferramenta resulta em grande economia de recursos e pode ser utilizada por outras administrações públicas com o mesmo sucesso que obtivemos”, garante Roberto Agune. “Nós monitoramos os contratos terceirizados desde 1995, quando o sistema foi implantado, na gestão de Mário Covas, e conseguimos uma redução de 31,7% dos gastos públicos”, comemora. A iniciativa estadual foi



Agune, da Fundap:
sistema pode servir de referência para prefeituras

inclusive premiada, no ano passado, com o prêmio TI & Governo, criado pela Plano Editorial, responsável pela publicação do Anuário TI & Governo e pelo jornal eletrônico semanal TI & Governo.

COMO FUNCIONA

O cadastro é um banco de dados que consolida informações de todos os contratos de terceirizados do Estado, ao qual estão conectadas todas as secretarias, autarquias, fundações e empresas públicas. Por meio desse sistema foi possível estabelecer um gerenciamento ágil e eficiente de todos os contratos, além de fornecimento de subsídios às novas contratações e negociações com fornecedores. O banco de dados tem hoje informações de 42.914 contratos, dos quais 6.961 ativos, envolvendo cerca de R\$ 8,8 bilhões, atualmente. Desde que foi

implantado, em janeiro de 1995, gerou uma economia de R\$ 11,4 milhões para o Estado.

Segundo o coordenador da implantação dessa solução, o sistema de gestão possibilitou ao governo uma visão geral e atualizada da terceirização no Estado, contribuiu para a transparéncia nas contratações e

para a criação de uma rede informatizada, que disponibiliza a todos os órgãos da administração pública informações confiáveis dos serviços contratados pelo governo.

O site www.cadterc.sp.gov.br disponibiliza

de portarias e edifícios; limpeza, asseio e conservação predial; transporte de funcionários, sob o regime de fretamento contínuo; nutrição e alimentação de presos, adolescentes atendidos pela Febem, e a servidores e emprega-

Sistema possibilitou ao governo uma visão geral da terceirização no Estado e contribuiu para a transparéncia nas contratações

hoje estudos detalhados dos serviços terceirizados para as áreas de: vigilância e segurança patrimonial; controle, operação e fiscalização

dos; e limpeza, nutrição, alimentação e lavanderias hospitalares.

Para o governo do Estado a informação é um insumo imprescindível para uma administração de qualidade, tanto na esfera pública quanto nas organizações privadas e para atender melhor e democraticamente às necessidades da sociedade o administrador público precisa reduzir os prazos entre conceber, decidir e implementar ações. “A informática, quando utilizada com eficiência, auxilia nessas metas como comprova o sucesso do sistema para o cadastro de serviços terceirizados implantado pelo Estado de São Paulo”, explica Agune. ::

FICHA TÉCNICA DO CADTERC

Órgão desenvolvedor: Fundap

Projeto: Sistema de Gerenciamento de Contratos de Serviços Terceirizados

Parceiros: Companhia de Processamentos de Dados do Estado de São Paulo (Prodesp), Casa Civil, Corregedoria Geral da Administração, Auditoria da Fazenda do Estado e Tribunal de Contas do Estado

Parceiro de tecnologia: IBM

Tempo de desenvolvimento: 15 meses

Implementação total: 1999

Custo: R\$ 157 mil

Economia: R\$ 11,49 bilhões (de 1995 até 2005)

Hardware: HP e Intel

Software: Microsoft e IBM

Número de usuários: 1,9 mil gestores de contrato e governo do Estado

Sites: www.terceirizados.sp.gov.br e www.cadterc.sp.gov.br

Para ouvir o cidadão

Tido como apoio importante na administração pública, o ouvidor municipal ganha espaço nas prefeituras

Por Maria Teresa Marques



E para ouvir e receber todo tipo de reclamação e fazer a ponte entre a administração e o cidadão que algumas cidades têm investido numa solução: a ouvidoria municipal. São Caetano do Sul, Franco da Rocha, Taboão da Serra e a própria capital de São Paulo já contam com esse centro de reclamações, apontado por especialistas como uma tendência nos órgãos públicos. Para ilustrar a importância desse trabalho, vale ressaltar que no Estado de São Paulo desde 1999, por força de lei e decreto, é obrigatória a presença de uma ouvidoria em cada uma das unidades públicas estaduais. Nas prefeituras é sempre preciso que a câmara aprove a lei que cria a área.

É essencial à ação da ouvidoria que o profissional tenha acesso direto e prioritário ao gabinete do prefeito. E este, imparcialmente, deve por sua vez exigir a providência necessária por parte da área competente. Ele se compromete, inclusive, a encaminhar reclamações contra si próprio. “O prefeito tem de ‘fechar os olhos’ e agir para providenciar a solução”, diz o ouvidor de São Caetano do Sul, Adauto Reggiani, ressaltando que, em 2005, entretanto, só houve um caso em que ele foi obrigado a apelar para o titular da cidade.

Faz parte ainda do trabalho da ouvidoria municipal providenciar a abertura de processo administrativo contra funcionários que tenham sido alvo de reclamações por mau trato ou mau atendimento. Foi o que aconteceu, por exemplo, na cidade de Campos do

Jordão, em que a ouvidoria foi responsável pela abertura de dois processos administrativos contra servidores. Conforme o ouvidor local, o advogado Rodrigo Gonçalves da Silva, a denúncia pode ser feita anonimamente. Ele está no cargo desde fevereiro de 2005, quando foi criada a ouvidoria, na gestão do prefeito João Paulo Ismael, embora a ouvidoria tenha começado a funcionar somente em setembro daquele ano. A dotação orçamentária de emergência na época foi de R\$ 10 mil. No caso de Campos do Jordão, a ouvidoria é subordinada à Secretaria de Informação e Defesa do Cidadão, também criada em 2005. Mas tem contato direto com o prefeito. Silva tem dois funcionários em sua equipe e uma moto cedida pela prefeitura. "Este ano



Reggiani, de São Caetano:
divulgação do trabalho é
feita por meio de cartazes
virão pelo menos quatro
carros para as diligências
necessárias, já que muitas
vezes precisamos verificar
in loco o problema relatado",
explica. A média de ligações
na área é de 40 por dia.

MANDATO EM SÃO PAULO

O ouvidor, na grande maioria das cidades, é escolhido pelo prefeito com base numa lista tríplice formada por um conselho que reúne representantes do poder público e da sociedade civil. Na capital de São Paulo, entretanto, a responsável pela escolha do ouvidor foi a Comissão de Direitos Humanos, segundo informa o ouvidor-geral, Elci Pimenta Freire. O ouvidor tem um mandato de dois anos, renovável uma vez, e não pode ser exonerado, "a não ser que tenha cometido ato incompatível com o exercício da função", diz.

A área foi criada por lei em 2001 com regras con-

sideradas "avançadas" por Freire, "porque foi revestida de prerrogativas que lhe garantem autonomia e independência", e é alvo de procura por prefeitos de todo o Brasil interessados no modelo.

E ele explica: a ouvidoria paulistana não tem subordinação hierárquica; tem orçamento próprio (R\$ 2,5 milhões em 2005); e estrutura interna de cargos. Sua equipe tem hoje quase 50 pessoas (quase metade advogados), com 17 em cargos técnicos, cujos titulares foram indicados pelo ouvidor. A área conta também com sistema informatizado de gestão com 30 computadores e quatro veículos para diligências. Freire diz que o movimento na área

ofício; a falta de providências, será encaminhado ao prefeito. Em São Paulo, diz Freire, o ofício enviado tem prazo de 30 dias para ser respondido.

FORMAÇÃO

É muito comum que os ouvidores sejam advogados formados, por conta de precisarem estar em contato



Melo, de Taboão: equipe
fez curso na Associação
Brasileira de Ouvidores

Ponte entre a administração e o cidadão, ouvidor deve ter acesso prioritário ao gabinete do prefeito

atinge mais de cem ofícios por dia, nos quais ele põe sua assinatura.

Normalmente, os ofícios enviados pelas ouvidorias têm prazo de 15 dias para ser respondidos pela área, com relatório das providências tomadas. Em algumas cidades, no caso de falta de resposta, são dados mais cinco dias, após novo

com leis e decretos e com o Código de Defesa do Consumidor para atuar na função, mas há também profissionais de outras áreas. Uma forma de iniciar o trabalho já dotado de conhecimentos específicos é fazer o curso de capacitação técnica ministrado pela Associação Brasileira de Ouvidores/ Ombudsman (ABO).

Fotos: Divulgação



Freire, de São Paulo:
ouvidoria com
orçamento próprio

Uma das instrutoras do curso é a ouvidora da Companhia do Metropolitano de São Paulo (Metrô), Vera Melo, que há sete anos está nessa função. Sua experiência lhe permite fornecer algumas regras básicas para o funcionamento de uma ouvidoria pública (*Leia quadro Como montar uma ouvidoria*), uma delas tem relação com o espaço físico onde vai funcionar a área: "É interessante que o ouvidor fique fisicamente próximo ao gabinete do prefeito, para ter acesso fácil e rápido a ele." No caso de Vera, ela é subordinada diretamente ao presidente do Metrô.



Brazan, de Guarulhos:
ouvidoria transformada em
central de atendimento

que a gente entenda isso", diz Melo, cuja área recebe de 40 a 50 ligações por dia e mais de 30 e-mails no mesmo período, via Portal da Prefeitura. O orçamento

Ouvendor é escolhido pelo prefeito com base em lista feita por representantes do poder público e da sociedade civil

NOÇÕES

O ouvidor de Taboão da Serra, João Melo, e sua equipe de dez pessoas estiveram presentes na ABO, e freqüentaram o curso de uma semana. Lá foram passadas noções de democracia; informações legais sobre as atribuições da área; sobre direitos do cidadão; de como tratar a questão encaminhada; e também de como tratar bem o contribuinte reclamante. "Às vezes, ele só quer desabafar e é preciso

para a ouvidoria de Taboão este ano será de cerca de R\$ 500 mil.

A ouvidoria foi criada em 2005, pelo prefeito Evilásio Cavalcanti de Farias, cumprindo promessa de campanha. O prefeito explica que a ação fez parte da idéia maior de criar um Controle Social, que inclui site interativo, orçamento e plano diretor participativo e conselhos. Ele ressalta que a ouvidoria se tornou necessária devido aos serviços públicos fracos e

DEVER CUMPRIDO

Cidadãos satisfeitos pela atuação da ouvidoria, que providenciou a solução para os seus problemas, são uma ponta firme de conscientização da importância de área e até de sua divulgação. Para ilustrar a atuação dos ouvidores públicos, veja abaixo dois casos solucionados respectivamente em São Caetano do Sul e Taboão da Serra, ambos na área da saúde, uma das mais críticas e grande destino de reclamações em qualquer cidade.

CASO 1

"Uma senhora idosa reclamou na ouvidoria da vacinação num sábado, em um posto de saúde municipal. Ela diz que chegou às 7h05 no posto e como demorou para ser atendida foi embora. Fomos verificar e descobrimos que há um período de resfriamento do material, após a abertura da unidade, às sete horas. A diretora da unidade, após nosso contato, providenciou de imediato a ida de um enfermeiro à casa da senhora, para fazer a vacinação."

Adauto Reggiani, ouvidor de São Caetano do Sul

CASO 2

"As pessoas com mais de 60 anos fazem carteira de transporte coletivo gratuito, mas precisam antes passar por consulta médica. Só que, numa determinada sexta-feira, a atendente da área havia saldo de licença e não tinha sido substituída. O resultado é que mais de 40 pessoas foram reclamar na ouvidoria. Contatamos as áreas de transporte, saúde e ação social. Na segunda-feira estava tudo resolvido, com atendimento normal."

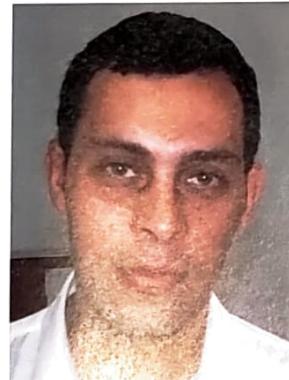
João Melo, ouvidor de Taboão da Serra

ao mau atendimento por parte de servidores. "Nós servidores às vezes somos arrogantes", diz ele.

O administrador de empresas Milton Brazan é o diretor de Modernização Administrativa de Guarulhos, órgão subordinado à

secretaria de Administração e Modernização, ambos criados em 2005. Ele explica que a área de ouvidoria que existia desde 2002 foi de certa forma desativada para ser recriada dentro de uma nova estrutura a partir deste ano.

Hoje existe a Central de Atendimento ao Cidadão, que atende 700 solicitações diariamente, mais sete postos pela cidade, atuando na mesma função. "Estamos criando indicadores de avaliação dos serviços para servir de suporte à nova ouvidoria que será criada via projeto de lei, com eleição do ouvidor por um mandato que será estipulado."



Silva, de Campos:
quatro carros para
averiguar ocorrências

DIVULGAÇÃO

Uma das necessidades essenciais ao trabalho do ouvidor é um processo eficiente de divulgação tanto externamente quanto dentro da prefeitura. Em Campos do Jordão, por exemplo, o ouvidor, no início do funcionamento, teve a idéia de enviar memorandos a pessoas-chave na prefeitura, que tivessem capacidade e oportunidade de divulgar o novo serviço. Assim, receberam o documento a assessoria de imprensa, a área de expediente (que distribui os documentos), o assessor do prefeito e a secretária do gabinete.

Em São Caetano do Sul, o ouvidor Adauto Reggiani diz que a divulgação vai incluir este ano *folders* e cartazes colocados em lugares de grande circulação da cidade. A ouvidoria local recebeu, em 2005,

Já em Franco da Rocha, a ouvidora Márcia Martins é a única da área, por enquanto. Desde abril de 2005 ela recebe reclamações, mas também faz a intermediação com a diretoria das áreas. "Mas

em 320 solicitações de providências.

A expectativa é que a área em Franco da Rocha vá aumentando gradativamente, aliás como recomenda Vera Melo: "No começo, a utilização é pouca, mas aos poucos deve crescer e o ouvidor é que vai sentir as necessidades de expansão."

Trabalho do ouvidor deve ser divulgado dentro e fora da prefeitura em cartazes ou memorandos

em média, 120 reclamações por mês. Na equipe há dois funcionários mais um estagiário que fazem atendimento por telefone e no balcão.

estou percebendo que a atuação como ouvidora efetiva está realmente crescendo no dia-a-dia." Em 2005, Márcia recebeu 200 reclamações, resultadas

MAIS INFORMAÇÕES

Associação Brasileira de Ouvidores/Ombudsman (ABO) - nacional

www.abonacional.org.br

Associação Brasileira de Ouvidores/Ombudsman (ABO) - seção SP

www.abosaopaulo.org.br

COMO MONTAR UMA OUVIDORIA

A ouvidora pública da Companhia do Metropolitano de São Paulo (Metrô) é, há sete anos, a historiadora Vera Melo, também diretora da ABO e uma de suas instrutoras, dá aulas inclusivas a futuros ouvidores municipais. Em sua larga experiência, Vera forneceu uma lista de itens que considera básicos tanto nos conceitos da área quanto nas regras de seu funcionamento. Veja abaixo:

CONCEITOS:

- A ouvidoria representa o cliente, mas não trabalha contra a organização;
- A ouvidoria acrescenta qualidade ao serviço;
- Ouvidoria é mais que FAQ, é mais que atendimento. É defesa dos direitos humanos;
- As pessoas aprendem mais rápido que têm direitos do que os comandantes das áreas para saberem que precisam atender;
- Ouvir precisa saber colocar-se no lugar do outro.

REGRAS BÁSICAS:

- Se o ouvidor não tiver apoio do chefe máximo da organização, não poderá atuar;
 - O usuário é quem diz o que precisa e não o ouvidor;
 - A missão do ouvidor não termina com a resposta que dá; é preciso verificar se realmente a providência foi tomada;
 - A área precisa ter no mínimo duas pessoas: o ouvidor e um auxiliar, além de telefone, fax, e-mail e possibilidade de atendimento pessoal ou por carta. Deve ainda conter banheiro público e bebedouro; pelo menos um veículo com adesivo "Ouvidoria" colado no vidro;
- Divulgação interna exige distribuição de folhetos para todos os funcionários. Na externa, cartaz na recepção da prefeitura, com horário de atendimento e dados para contato. Não pôr foto do ouvidor para não personalizar a função. Na cidade, a divulgação é feita inicialmente por cartazes nas ruas e nos postos de serviço público. :::



Educação aos filhos da terra

Premiado projeto Escola do Campo, de Araraquara, leva pais e alunos da zona rural para a sala de aula

Foto: Divulgação - Pref. de Araraquara



Projeto de Araraquara foi agraciado em 2005 com o Prêmio Gestão Pública e Cidadania, que é organizado pela Fundação Getúlio Vargas

S as verduras cultivadas pelos pais são parte fundamental no aprendizado de cerca de 540 crianças que moram na área rural de Araraquara. É com os vegetais e outros produtos agrícolas que elas aprendem português, matemática, biologia, história e geografia. Desde 2001, a prefeitura desenvolve o Escola do Campo, um projeto educacional específico para a região rural e que hoje é aplicado em três escolas localizadas em três áreas de assentamentos.

Foi por atingir seu objetivo de democratizar o acesso à educação e estimular a permanência da população na região rural, por meio de um modelo de desenvolvimento agrário sustentável, que o programa ganhou, juntamente com outros 19 projetos, o Prêmio Gestão Pública e Cidadania, em 2005. A premiação às políticas públicas inovadoras é uma iniciativa da Fundação Getúlio Vargas (FGV-EA-ESP), da Fundação Ford e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

“Nossas escolas rurais já nasceram diferentes devido ao processo de mobilização da população”, explica a secretária municipal de Educação, Clélia Mara Santos. Ela conta que as diretrizes para a criação

da Escola do Campo foram definidas a partir das discussões que integraram a 1ª Conferência Municipal de Educação do Município. Além dos educadores da região, e de pais e alunos, o processo de construção do programa também contou com a participação de alunos de graduação e pós-graduação de universidades públicas (Unesp, USP e Ufscar), representantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), da ONG Brincadeira de Criança, do Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp), e da equipe da secretaria de Educação da cidade.

ESTRUTURA

Antes de o projeto ser instalado, o ensino na área rural era de quatro anos. Atualmente, as Escolas do Campo oferecem educação infantil e ensino fundamental ao longo de nove anos. O modelo de salas multisseriadas – tão comum em escolas rurais – foi deixado de lado: lá existe uma sala por série, com média de 18 alunos em cada.

Baseada no modelo de escola interativa, a diretriz pedagógica “entende que toda forma de educar pode ser extraída do mundo em que a criança vive”, explica a secretaria. “A escola não

é um hiato na vida dela”, complementa. Esse modelo inclusive será implantado este ano nas outras escolas

reprovação: “Existe um acompanhamento contínuo do aluno ao longo do ano, não só no final”, explica.



Entre as atividades incluídas na grade curricular das Escolas do Campo está o trato de aves, o cultivo de verduras e visitas às propriedades de assentados da região

CUSTOS

Financiado principalmente com recursos do Fundef (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério), o programa Escola do Campo consome verba anual de R\$ 923 mil. O custo de um aluno matriculado em uma escola urbana é de cerca de R\$ 1,2 mil/ano.

Já o aluno freqüentador da instituição rural despende R\$ 1,5 mil/ano.

As diferenças nos custos são justificadas pelos gastos com o transporte de professores, por exemplo. Estes profissionais ainda recebem um adicional de 10% ao salário por trabalharem em regiões afastadas.

Apesar de ter que desembolsar mais com o aluno rural, a prefeitura está satisfeita com os resultados. Segundo pesquisa da secretaria de Educação, a evasão escolar em 2004 foi zero. O número contrasta com os últimos dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

(Inep 2003), que apontam índice de 40% de conclusão do ensino fundamental em áreas rurais.

Quando o assunto é freqüência dos alunos, o resultado também é estimulante: bate a casa dos 90%. Casada com os dados positivos está a participação dos pais dos alunos: “As escolas são também da família e não só para o aluno”, justifica Clélia. Nas últimas pesquisas feitas pela secretaria a presença de pais e mães em reuniões e assembleias das escolas é de 80%. :::

Aqui também tem carnaval

Cinco prefeituras paulistas do interior e Baixada Santista contam como planejam organizar as festas de carnaval de cada cidade

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO Pela profissionalização das escolas de samba

A profissionalização das escolas de samba está entre as prioridades de São José do Rio Preto, que possui quatro: Unidos da Boa Vista, Império do Sol, Pérola Negra e Garotos de Ouro. A prefeitura destinou R\$ 25 mil para cada escola e ainda deve distribuir mais R\$ 26 mil em prêmios para as três primeiras colocadas.

Segundo o secretário de Cultura, Pedro Ganga, a

prefeitura promoveu a viagem de 15 sambistas de Rio Preto para passarem um dia na Escola de Samba de Vila Maria, em São Paulo. Lá reuniram informações sobre a organização da escola. "A prefeitura dá apoio às escolas, mas também deixa claro que elas devem procurar crescer pelas próprias pernas", acredita. Neste ano, o carnaval deve custar cerca de R\$ 320 mil para a cidade.

Prefeitura de Rio Preto distribuirá R\$ 26 mil para as escolas vencedoras

PERUÍBE

Festa para multidão

De olho nos 400 mil turistas que descem para Peruíbe no verão, a prefeitura investirá em shows de bandas conhecidas, e nos quatro tradicionais blocos – o mais antigo deles existe há 30 anos. Atualmente, cerca de 20 mil foliões integram os blocos e percorrem o centro da cidade atrás do trio elétrico cedido pela

prefeitura. Segundo Paulo Henrique Siqueira, secretário de Cultura e Turismo de Peruíbe, serão investidos R\$ 150 mil na festa deste ano, que deve agradar também os mais saudosistas. "Há alguns carnavais, estamos fazendo um resgate das marchinhas. Assim, o turista também terá contato com um carnaval mais folclórico", afirma.



Avenida principal de Araçatuba receberá 10 mil foliões

ARAÇATUBA

Folia com apoio da iniciativa privada

O carnaval de Araçatuba pegará carona na Copa do Mundo da Alemanha. O tema animará os bailes, blocos, escolas, e os concursos de fantasias que acontecem na avenida principal. Segundo o secretário de Cultura e Turismo, Alexandre Sônego, ao todo, os cinco dias de festa custarão cerca de R\$ 100 mil aos cofres públicos. "Esse montante será gasto na estrutura do

evento, além da premiação às escolas e blocos", diz.

Para apoiar a festa, a prefeitura busca parcerias com a iniciativa privada e incentiva as três escolas de samba da cidade – Caprichosos, Sonho e Fantasia e Virada do Sol – a fazerem o mesmo. Para isso, até elaborou uma carta de apresentação para que as agremiações utilizem em visitas às empresas privadas da região.



Além dos shows, Peruíbe investirá nos blocos de rua

LIMEIRA

Parceria com vizinhos

Além da apresentação de duas escolas de samba, o secretário de Cultura e Turismo, Domingos Furgione, conta que negocia a participação de municípios vizinhos para animar o carnaval de Limeira. "Não temos condições de ser um polo de carnaval, mas essas parcerias podem ser uma solução", aposta. Outros treze blocos com cerca de 300 integrantes cada desfilarão pelas ruas.

Atualmente, R\$ 50

mil são investidos pela prefeitura nos cinco dias de folia, além de produtos e serviços oferecidos gratuitamente por empresas parceiras do município. Segundo o secretário, escolas de samba e blocos recebem apenas apoio institucional e de infra-estrutura. "É preciso que as agremiações tenham vida também fora do carnaval. Não há como a prefeitura colaborar mensalmente", diz.

ANGATUBA

Carnaval do "SIM"

Carnaval combina com desfile de escolas, samba e, em Angatuba, com o referendo sobre a proibição do comércio de armas, realizado em outubro de 2005. A cidade em que o "SIM" teve o maior número de votos em todo o Estado (51,66%), escolheu esse tema para o carnaval 2006. "Angatuba possui uma população pacífica. Nada mais justo que uma festa alegre e de paz

como o Carnaval reflete isso", explica o prefeito José Emílio Carlos Lisboa. Outra atração será o bloco "Vai quem quer", que será conduzido por um trio elétrico custeado pela prefeitura. Além do bloco, também serão destinados R\$ 10 mil para as duas escolas de samba da cidade – Maracatu e Liberdade. O carnaval deste ano deverá consumir mais de R\$ 40 mil da prefeitura. ■

Cláusula de prorrogação de contrato, concorrência pública em dois locais diferentes e contrato de prestação de serviços de remoção e resgate – temas das dúvidas dos gestores municipais publicadas nesta edição do APM Responde. Para ter a sua dúvida sobre administração pública solucionada neste espaço, envie mensagem para o e-mail juridico@apaulista.org.br ou então ligue (11) 2165-9954.

É legal uma cláusula permitindo prorrogação de prazo de contrato que tem por objeto o fornecimento de combustíveis e lubrificantes?

Tratando-se de fornecimento ou compra de bens, não se deve falar em prorrogação, exceto quando esta tenha por objeto a utilização do saldo remanescente da quantidade contratada. Trata-se de contrato de escopo diverso, portanto, daqueles de prestação de serviços de natureza continuada a que alude o artigo 57 do Estatuto de regência. Assim, sugerimos que seja retificado o contrato, mediante aditamento bilateral, para retirar a cláusula que permite a prorrogação e afastar a ilegalidade.

Ilustrações: Enka Omendra



Contrato de prestação de serviços de remoção e resgate, mediante locação de três ambulâncias, três motoristas e três tripulantes, decorrente de licitação na modalidade tomada de preços, pode ser prorrogado quando o valor somado dos contratos ultrapassa o limite da modalidade?

A modalidade escolhida não foi adequada, pois tratava-se de contratação que tinha por objeto a prestação de serviços de natureza contínua, tanto que a minuta do contrato continha a possibilidade de prorrogação da vigência contratual, nos termos do inciso II do artigo 57 da Lei 8666/93 e, nesses casos, a modalidade escolhida deve ser sempre aquela que comporte o valor estimado para a contratação considerando-se o período máximo permitido no artigo 57 do Estatuto: 60 meses.

No caso, em face de ter sido utilizada a modalidade tomada de preços, as prorrogações do prazo devem sujeitar-se, quanto aos valores financeiros somados, aos limites daquela modalidade, ou seja, serviços de engenharia até R\$ 1,5 milhão e outros serviços até R\$ 650 mil.

Servidor público municipal nomeado professor pode continuar prestando serviços para empresa privada, se houver compatibilidade de horários?

A Constituição Federal veta a acumulação de cargos e empregos públicos. Portanto, não há que se falar em acumulação entre cargo público e emprego em empresa privada.



Pode ser realizada uma concorrência pública para a execução de duas obras e serviços de engenharia, em diferentes locais do município, mas que guardam certa relação entre si?

Individuosamente trata-se da hipótese de diferentes contratações que, com fundamento no princípio geral, poderiam ser conduzidas de forma autônoma, independente, já que a lei cuida da exceção – realização conjunta e concomitante – quando presente a situação prevista no parágrafo 5º do artigo 23.

No entanto, considerando-se que a administração dispõe da faculdade para realizar suas licitações da forma que melhor atenda ao interesse público e, ainda, levando-se em linha de conta que a norma citada não é de restrição ou vedação e que, portanto, admite certa flexibilidade, não vislumbramos qualquer obstáculo para que seja realizada uma só licitação, na modalidade que comporte o somatório das duas obras, até porque presente e tecnicamente justificado o interesse público.

Servidor concursado que exerce o cargo de técnico contábil pode ter atribuídas aulas em escola municipal?

Resposta: Sim, desde que não ocorra incompatibilidade de horários, esta é uma das hipóteses de exceção – alínea "b" – à regra de não acumulação consagrada no inciso XV do artigo 37 da Constituição Federal. ::

As respostas às perguntas formuladas por órgãos municipais são de responsabilidade das equipes técnicas da Associação Paulista de Municípios e da ASB – Advogados Associados, sob coordenação do Dr. Antonio Sergio Baptista, advogado, especialista em Direito Público.

Para conhecer a região de Campinas

Estudos levantarão PIB e IPC dos municípios integrantes da Região Metropolitana de Campinas

A Agência Metropolitana de Campinas (Agemcamp), autarquia estadual vinculada à Secretaria de Estado dos Transportes Metropolitanos, firmou parceria com a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) para produção de

dois estudos sobre a região: o Produto Interno Bruto (PIB) e o Índice de Preços ao Consumidor (IPC), regionais. "Nunca houve uma medição específica dos números da Região Metropolitana de Campinas", registra Luiz Augusto

Baggio, diretor presidente da Agemcamp.

Com data de divulgação de resultados marcada para março, os dois levantamentos estão sendo desenvolvidos por uma equipe de estudantes de administração de uma universidade privada

da região, a Metrocamp, com base em metodologia e treinamento da Fipe. Os 19 municípios integrantes da Região Metropolitana de Campinas serão pesquisados. "A divulgação dos índices poderá servir de base tanto para o empresariado local quanto para os governantes municipais", diz.

Criada em 2003, a Agemcamp tem como meta integrar a organização, o planejamento e a execução das funções públicas de interesse comum à RMC. ::



ADVOGADOS ASSOCIADOS

.: 11 5505 4011
11 4912 3812

WWW.ASPADVOGADOS.COM.BR

ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE LEI, DECRETOS, PORTARIAS, EDITAIS DE LICITAÇÃO, MINUTAS CONTRATUAIS, RESOLUÇÕES E CIRCULARES

ASSESSORIA E CONSULTORIA PREVENTIVA – PARECERES TÉCNICOS

DEFESA E SUSTENTAÇÃO JURÍDICA JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO E DOS ESTADOS

DEFESA EM AÇÕES CIVÍS PÚBLICAS POPULARES E MANDADOS DE SEGURANÇA

A gestão municipal em 2004

Ao longo de 2004, a MUNIC (Pesquisa de Informações Básicas Municipais - Gestão Pública) distribuiu questionários para as prefeituras dos 5.560 municípios brasileiros, coletando dados sobre contingente de servidores, legislação, política tributária, articulações intermunicipais, ações habitacionais, guarda municipal, conselhos da criança e do adolescente e questões voltadas ao meio ambiente.

A pesquisa mostrou que, em 2004, havia 4,5 milhões de servidores municipais no país: na média, eram 2,5 servidores para cada 100 habitantes.

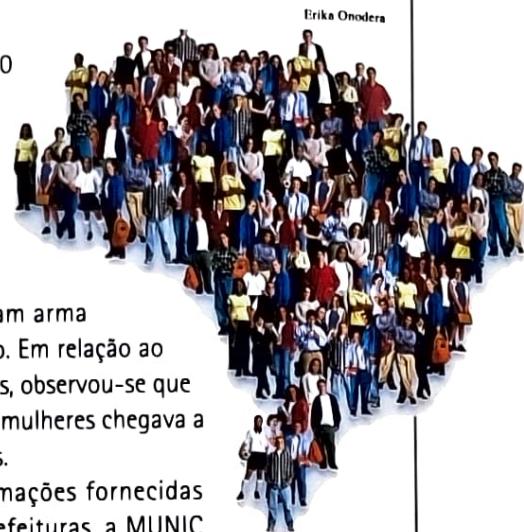
Quanto maior a população dos municípios, mais organizada era sua política tributária: todos os municípios com mais de 500 mil habitantes tinham cadastros informatizados de IPTU e ISS.

A MUNIC investigou, pela primeira vez, se as prefeituras tinham serviços de informática e de atendimento ao público, e verificou que, em 2004, com exceção do município de Jaboatão dos Guararapes (PE) todos os municípios acima de 500 mil habitantes tinham página na internet. A pesquisa mostrou também que, dos 34 municípios com mais de 500 mil habitantes, 32 tinham serviços de atendimento ao público. Entre os serviços disponibilizados para atender ao público, o mais utilizado é o telefone convencional, seguido

de fax e e-mail.

Em 2004, dos 5.560 municípios brasileiros, 950 dispunham de guarda municipal, sendo que em 139, os profissionais utilizavam arma de fogo em serviço. Em relação ao efetivo das guardas, observou-se que a participação das mulheres chegava a quase 12% no país.

A partir de informações fornecidas pelas próprias prefeituras, a MUNIC 2004 levantou, ainda, que mais da metade (56%) dos municípios brasileiros cobravam taxa de poder de polícia (relativas à segurança, higiene, ordem social e urbana, autorização para o funcionamento de atividades econômicas etc.). E, na área habitacional, a proporção de municípios na Região Sudeste com órgãos específicos ou cadastros de famílias em programas habitacionais ficou abaixo da média nacional.



4,5 milhões de servidores municipais no país

Em 2004, as prefeituras contavam com 4.521.579 servidores, o que representou um aumento de 11,2% em relação à última pesquisa realizada em 2002.

De 2002 a 2004, a Região Sul apresentou a maior taxa de crescimento (14,8%) no número total de servidores municipais, com destaque para Santa Catarina (26,8%). O Estado de São Paulo apresentou um crescimento de 11,4%, o que representou mais 82.097 servidores em relação à pesquisa de 2002.

A pesquisa constatou, também, que o percentual de

servidores por 100 habitantes é maior nos municípios menos populosos. Nos municípios com até 5 mil habitantes, onde vivem 2,5% da população brasileira, há uma relação de 5,2 servidores para cada 100 habitantes. Já nos municípios com população acima 20.001 habitantes, onde vivem quase 72% da população brasileira, a média de servidores é menor que três servidores para cada 100 pessoas.

Em 2004, 1.032 prefeituras (entre as 5.560) declararam possuir alguma entidade de administração indireta, o que representa um aumento de 14,9% em relação a 2002.

Procure o IBGE, estamos ao inteiro dispor, através de vários canais de atendimento, inclusive pela nossa Rede de Agências, composta por 100 unidades, estrategicamente instaladas por todo o Estado de São Paulo, ou por intermédio do Setor de Documentação e Disseminação de Informações, instalado no prédio da sede estadual, à Rua Urussú nº. 93, Itaim Bibi, São Paulo, SP, pelos telefones: (11) 2105-8200, 2105-8281, 2105-8231, 2105-8210 e 2105-8212.

Finanças públicas decifradas

Livro esmiúça Lei 4.320 sob o enfoque da Lei de Responsabilidade Fiscal que a complementou quase quarenta anos depois

Por Ivan Barbosa Rigolin*

Toda obra sobre a Lei 4.320/64 é muito bem-vinda na literatura técnica brasileira, pois a todos parece que essa lei, por sua simplicidade estrutural e sua extrema economia de meios, inflige significativo temor aos doutrinadores. A quem escreve deve constituir missão quase aterrorizante precisar decifrar ao público toda a imensa significação das regras dessa lei, quando se sabe que são o sustentáculo primeiro e o fundamento último da orçamentação e do direito financeiro para a administração pública.

Quando, por outro lado, o livro *A Lei 4.320 no Contexto da Lei de Responsabilidade Fiscal* (Editora NDJ, 273 págs., R\$ 64) trata com completa varredura, artigo por artigo, do código nacional de finanças, do orçamento e da contabilidade pública, dessa vez e pioneiramente

empreendidos sob o prisma já citada LRF.

Portanto, trata-se de arrostar um duplo desafio: o primeiro, de decifrar a lei básica da finança pública, e o segundo, de fazê-lo sob o enfoque da lei que a complementou quase

que eclodida em definitivo após aquela letargia.

Distinguem-se os autores Flávio de Toledo e Sérgio Ciquera Rossi, e isso se observa não apenas nesse compêndio como já às primeiras linhas de qualquer trabalho dos autores, como

absoluta objetividade com que enxergam as instituições econômicas, jurídicas, financeiras e contábeis; pela absoluta transparência de estilo, que é desafetado como o de todo escritor que pretende convencer pela elevação de idéias e não pelo modo rebuscado como a propala; pela evidente honestade de propósitos ao convictamente socializarem o sólido conhecimento que adquiriram ao longo de suas carreiras; e aclarar panoramas de outro modo pouco nítidos, indicando sendas e vocações, partilhando grande cultura com quem deseja evoluir até o ponto de poder, quiçá, um dia realizar outro tanto.

De parabéns, enfim, o público dessa difícil e por isso pouco enfrentada seara do conhecimento técnico, em boa hora aquinhoados com esta obra admirável.

* Ivan Barbosa Rigolin é advogado. :::

Obra trata com completa varredura das finanças públicas empreendidas sob o prisma da LRF

quarenta anos depois, e que, já se pode afirmar hoje, lhe integrou eficácia. Com todo efeito, uma é a Lei no 4.320 antes da LRF – assustadora por seu intrínseco laconismo, mal-integrada no seu próprio ordenamento e executada antes por mera repetição de hábitos entre os aplicadores –, e outra é após o advento daquela Lei Complementar 101, de 2000, que ressurgiu, plenamente realizada como

todos sabem, pela virtude, nem sempre comum aos doutrinadores da área, pela



Igualdade aos concorrentes

Novos enunciados inscritos pelo Tribunal de Contas do Estado visam assegurar o bom andamento das licitações públicas

Por Claudio Ferraz de Alvarenga*

O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo inscreveu 17 novos enunciados em sua súmula de jurisprudência dominante.

Os relevantes assuntos, a respeito dos quais a Corte assentou jurisprudência predominante e firme, dizem respeito a temas relacionados com as licitações realizadas pela administração pública. E estão a revelar nítida intenção de contribuir para que serviços, obras, compras e alienações sejam contratados mediante licitação que efetivamente assegure igualdade de condições a todos os concorrentes e que permita a maior participação possível de potenciais interessados. Os enunciados buscam banir dos editais certos requisitos e formulações freqüentemente encontrados e que, na prática, se prestam apenas para

Divulgação/TCE



**Alvarenga:
"súmula quer garantir condições iguais aos concorrentes em licitações"**

restringir o universo dos interessados em contratar com a administração e, quiçá, para direcionar a licitação a fornecedor específico.

Assim, a formulação das

novas súmulas se insere também em uma das mais relevantes atividades que o Tribunal deve exercer; na atuação preventiva e cautelar, em que define diretrizes

que os órgãos da administração pública sob sua específica jurisdição devem observar, a fim de que se evitem práticas contrárias ao sistema constitucional e legal, ensejando danos ao erário, desconstituição de contratos que vierem a ser celebrados e, eventualmente, a responsabilização de agentes públicos.

Em suma, a edição das novas súmulas vai ao encontro do interesse público de que os editais de licitações sejam corretamente formulados, inclusive para evitar que elas venham a ser suspensas pelo Tribunal ou, mais grave ainda, a gerar atos administrativos contrários à Constituição, com as consequências decorrentes.

Edição das novas súmulas para evitar erros nos editais é resultado de atuação preventiva do Tribunal

*Ex-presidente do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo ::

RELAÇÃO COMPLETA DAS SÚMULAS DE JURISPRUDÊNCIA PREDOMINANTE DO TCE

- 1 - Não é lícita a concessão de subvenção para bolsa de estudo e assistência hospitalar com caráter personalíssimo.
- 2 - É constitucional a aplicação de Auxílios ou Subvenções, direta ou indiretamente na manutenção de culto religioso.
- 3 - Não é lícita a concessão de Auxílios e Subvenções a entidades com fins lucrativos ou com a finalidade específica de valorização patrimonial.
- 4 - As despesas somente poderão correr a conta da destinação constante do ato concessório.
- 5 - A prova de exclusividade na aquisição de material, como justificativa de dispensa de licitação, não deve se limitar a declaração da própria firma, mas demonstrada através de patentes ou atestados dos órgãos de classe.
- 6 - Compete ao Tribunal de Contas negar cumprimento a leis constitucionais.
- 7 - É de competência das Câmaras o julgamento de processos em que inicialmente haja configuração de alcance, não obstante a alcada do julgador singular.
- 8 - O recolhimento do principal e dos juros não ilide a figura do alcance, sem prejuízo da posterior expedição da provisão de quitação ao responsável.
- 9 - As aquisições de obras de arte ou de valor histórico devem ser precedidas de laudo de autenticidade e avaliação.
- 10 - O preço final do produto ofertado pelos proponentes deve incluir os tributos e demais encargos a serem suportados pelo ofertante.
- 11 - Não basta o simples tabelamento de um produto para dispensar a administração pública de adquiri-lo mediante o competente certame licitatório.
- 12 - Depende de licitação a aquisição de combustíveis e derivados de petróleo pelos órgãos e entidades da administração pública estadual e municipal, direta e indireta, aí incluídas as fundações instituídas pelo poder público e empresas sob seu controle, não podendo eventual dispensa fundar-se no inciso VIII do artigo 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
- 13 - Não é lícita a contratação pelas Prefeituras Municipais de terceiros, sejam pessoas físicas ou jurídicas, para Revisão das Declarações para o Índice de Participação dos Municípios - DIPAMS, a qual deve ser feita por servidores públicos locais, valendo-se do auxílio da Secretaria Estadual da Fazenda.
- 14 - Exigências de comprovação de propriedade, apresentação de laudos e licenças de qualquer espécie só são devidas pelo vencedor da licitação; dos proponentes poder-se-á requisitar tão somente declaração de disponibilidade ou de que a empresa reúne condições de apresentá-los no momento oportuno.
- 15 - Em procedimento licitatório, é vedada a exigência de qualquer documento que configure compromisso de terceiro alheio à disputa.
- 16 - Em procedimento licitatório, é vedada a fixação de distância para usina de asfalto.
- 17 - Em procedimento licitatório, não é permitido exigir-se, para fins de habilitação, certificações de qualidade ou quaisquer outras não previstas em lei.
- 18 - Em procedimento licitatório, é vedada a exigência de comprovação de filiação a Sindicato ou a Associação de Classe, como condição de participação.
- 19 - Em procedimento licitatório, o prazo para apresentação das amostras deve coincidir com a data da entrega das propostas.
- 20 - As contratações que objetivem a monitoração eletrônica do sistema de trânsito devem ser precedidas de licitação do tipo "menor preço", vedada a delegação ao particular de atividades inerentes ao Poder de Polícia da Administração, bem como a vinculação do pagamento ao evento multa.
- 21 - É vedada a utilização de licitação do tipo "técnica e preço" para coleta de lixo e implantação de aterro sanitário.
- 22 - Em licitações do tipo "técnica e preço", é vedada a pontuação de atestados que comprovem experiência anterior, utilizados para fins de habilitação.
- 23 - Em procedimento licitatório, a comprovação da capacidade técnico-profissional, para obras e serviços de engenharia, se aperfeiçoará mediante a apresentação da CAT (Certidão de Arquivo Técnico), devendo o edital fixar as parcelas de maior relevância, vedada a imposição de quantitativos mínimos ou prazos máximos.
- 24 - Em procedimento licitatório, é possível a exigência de comprovação da qualificação operacional, nos termos do inciso II, do artigo 30 da Lei Federal nº 8.666/93, a ser realizada mediante apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, admitindo-se a imposição de quantitativos mínimos de prova de execução de serviços similares, desde que em quantidades razoáveis, assim consideradas 50% a 60% da execução pretendida, ou outro percentual que venha devida e tecnicamente justificado.
- 25 - Em procedimento licitatório, a comprovação de vínculo profissional pode se dar mediante contrato social, registro na carteira profissional, ficha de empregado ou contrato de trabalho, sendo possível a contratação de profissional autônomo que preencha os requisitos e se responsabilize tecnicamente pela execução dos serviços.
- 26 - É ilegal a exigência de recibo de recolhimento da taxa de retirada do edital, como condição para participação em procedimentos licitatórios.
- 27 - Em procedimento licitatório, a cumulação das exigências de caução de participação e de capital social mínimo insere-se no poder discricionário do administrador, respeitados os limites previstos na lei de regência.
- 28 - Em procedimento licitatório, é vedada a exigência de comprovação de quitação de anuidade junto a entidades de classe como condição de participação.
- 29 - Em procedimento licitatório, é vedada a exigência de certidão negativa de protesto como documento habilitatório.
- 30 - Em procedimento licitatório, para aferição da capacitação técnica, poderão ser exigidos atestados de execução de obras e/ou serviços de forma genérica, ficando vedado o estabelecimento de apresentação de prova de experiência anterior em atividade específica, como realização de rodovias, edificação de presídios, de escolas, de hospitais, e outros itens.

Histórias de Nandinho

Por Claudio Manesco

Era difícil fazer crer aos amigos da universidade sobre a existência – numa longínqua cidade do sudoeste de São Paulo – de um vereador que se qualificava na lista telefônica como tetracampeão paulista, numa referência aos seus quatro mandatos consecutivos. Fora preciso uma excursão coletiva à loja da Companhia Telefônica para que a história não se configurasse como mais

uma das mentiras típicas de caboclo do interior.

Afinal eram tantas as histórias de Nandinho, o vereador, que até hoje eu mesmo não sei quais as verdadeiras e, dentre elas, o grau de romance que se estabeleceu na base do quem conta um conto sempre aumenta um ponto.

Diz-se, por exemplo, que certa feita ao se deparar com uma placa na estrada indicando “Cuidado!

Variante Perigosa”, ele franziu a fronte e em tom grave dirigiu-se à esposa dizendo: “Acho que o Dito passou por aqui” – numa referência a um outro vereador de uma cidade vizinha, de cuja pericia no volante muito se duvidava, que vivia a perambular com uma perua Variant da Volkswagen.

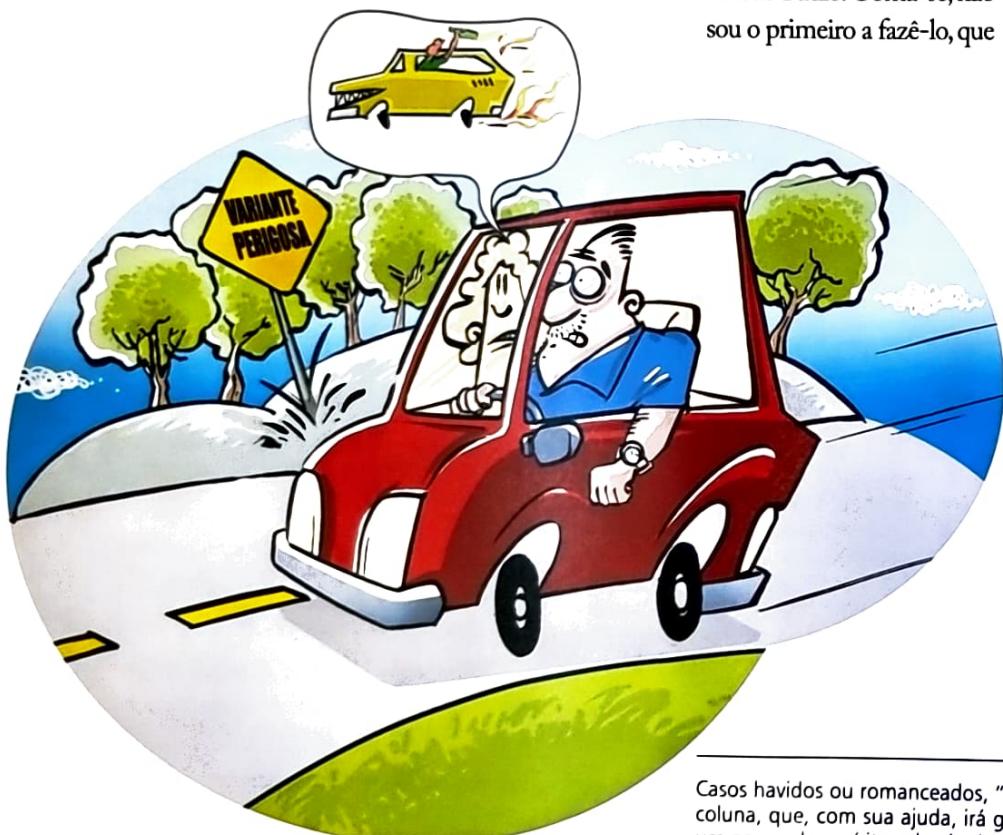
E não é só de histórias de Nandinho que vivem aquelas bandas do Estado de São Paulo. Conta-se, não sou o primeiro a fazê-lo, que

Itaporanga, pedra vermelha em Tupi, viveu um intenso movimento para mudança de nome.

Queriam fazê-la Misericórdia, não se sabe o porquê. Creio que deva ser algo ligado à religiosidade daquele local cercado por crenças em milagres dos padres que habitam sua bela abadia. Se não for nada disso, pouco importa.

O fato é que crescia o movimento por Misericórdia. E os adeptos de Itaporanga logo se sentiram instados a se mobilizar. Ficou acertado a partir de então toda vez que se pronunciasse o nome de Misericórdia, alguém deveria bradar, com todas as forças, Itaporanga.

E foi assim numa procissão... Quando o padre começou a rezar Salve Rainha Mãe de Miseri...Itaporanga foi o que se escutou. Vitória sem misericórdia dos adeptos de Itaporanga, que está lá, firme e forte a se orgulhar da terra fértil e do povo pacato e hospitalero. ::



Evandro Rodrigues

Casos havidos ou romanceados, “causos” são o objeto desta nossa coluna, que, com sua ajuda, irá ganhando musculatura, revelando um pouco do espírito caboclo da política bandeirante. A idéia é que por aqui desfilem casos e “causos” que resgatem curiosidades da política e também histórias do dia-a-dia da gente paulista. Envie sua história para o e-mail: cmchristma@terra.com.br

Projetos e orientações para sua prefeitura sem CU\$TO !



Oferecemos toda linha de equipamentos e acessórios para cozinhas industriais, hospitais, centros de distribuição de alimentos, escolas e muito mais. Executamos gratuitamente todo o projeto e especificações técnicas para a sua prefeitura. Solicite a visita do consultor técnico de seu município e faça a diferença em sua administração.

Cocção



- Forno • Fritadeira • Caldeirão
- Fogão • Coifa • Frigideira

Distribuição



Versões aquecida,
refrigerada
ou neutra

Refrigeração

- Refrigerador
 - Freezer
- vertical e horizontal
- Câmara frigorífica
 - Pass Thru



Apoio



- Estante • Mesa • Mesa com cubas
carro de apoio e de detritos

ELVI COZINHAS INDUSTRIALIS

Rua Oneda, 300 • Planalto • São Bernardo do Campo • SP • CEP 09895-280

55 [11] 4341-4466 • elvi@elvi.com.br

www.elvi.com.br



**MAIS DE 300
INSTITUIÇÕES
DE ENSINO CONVENIADAS
EM TODO O PAÍS.**

MATERIAL DIDÁTICO UNIFICADO

SEU MUNICÍPIO MERECE EDUCAÇÃO DE I.^a GRANDEZA

Proporcionar ensino de qualidade à população, sem comprometer o orçamento, nem sempre é tarefa fácil. Pensando nisso, o Unificado oferece seu Material Didático, elaborado por professores experientes e com sólida formação acadêmica, por um preço acessível e justo. Com conteúdo desenvolvido para a realidade da Educação de Jovens e Adultos (Supletivo), nossas apostilas são adequadas aos preceitos educacionais vigentes, possibilitando uma formação voltada à própria realidade dos alunos. O conteúdo, constantemente revisado e atualizado, é distribuído em módulos, possibilitando que as instituições adaptem nosso material à sua própria grade curricular.

■ EJA - Ensino Fundamental

| | |
|--------------------------------------|-----------|
| Alfabetização | R\$ 11,50 |
| da 1. ^a a 4. ^a | R\$ 24,00 |
| da 5. ^a a 8. ^a | R\$ 30,00 |

POR SÉRIE

■ EJA - Ensino Médio

R\$ 39,00
POR PERÍODO



Unificado

ENSINO MÉDIO • PRE-VESTIBULAR • SUPLETIVO (EJA)



MATERIAL DIDÁTICO
Unificado

(41) 3324-4040

www.unificado.com/material - grafica@unificado.com

Rua 13 de Maio, 450 - CEP 80020-270 - Curitiba - PR